

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 3ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura, realizada no dia 28 de junho de 2011._____

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e onze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrari Cecotti**, realizou-se a Décima Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sexta Legislatura, com início às quatorze horas e vinte minutos, ocasião em que foi constatada a ausência do Vereador Elimar Ferreira. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Luiz Guimarães de Oliveira fez a leitura da passagem bíblica. / **Roberto Barbosa Bastos, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, solicito que a sessão seja suspensa para uma rápida reunião, no gabinete de V. Ex.^a, com os representantes da comunidade de São Vicente. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acatado. / Reaberta a sessão, feita nova chamada, foi confirmada a ausência do Vereador Elimar Ferreira. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 377/2011 – Alexandre Bastos Rodrigues; 378/2011 – Elimar Ferreira; 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387 e 388/2011 – Luiz Guimarães de Oliveira; 389 e 390/2011 – Gildo Abreu; 391/2011 – Marcos Antonio Mansor; 392, 393, 394, 395 e 396/2011 – Wilson Dille dos Santos; 397 e 398/2011 – Roberto Barbosa Bastos. **Requerimentos:** 465 e 467/2011 – Elimar Ferreira; 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485 e 486/2011 – Roberto Barbosa Bastos; 488, 489 e 490/2011 – Júlio César Ferrari Cecotti; 491, 492 e 493/2011 – Fábio Mendes Glória; 494/2011 – Luiz Guimarães de Oliveira. **Projetos de Lei:** 103/2011 – Marcos Antonio Mansor; 105/2011 – Roberto Barbosa Bastos; 106 e 107/2011 – Júlio César Ferrari Cecotti. **Projetos de Decreto Legislativo:** 156/2011 – David Alberto Lóss; 157, 158 e 160/2011 – Mesa Diretora; 159/2011 – Marcos Salles Coelho; 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168 e 170/2011 – Júlio César Ferrari Cecotti; 169/2011 – José Carlos Amaral. **Ofícios:** 40/2011 – Foz do Brasil; 33/2011 – Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo; 566, 567, 579 e 580/2011 – PMCI – Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim; 167/2011 – AGERSA; 11/2011 – IPEM-ES; 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667 e 668/2011 – PMCI – Elias de Souza – Coordenador Executivo de Relações Políticas. **Correspondências:** 2909, 2973, 2974, 2975 e 3070/2011 – Ministério da Saúde; 3063 e 3064/2011 – Ministério da Educação. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Vamos interromper os trabalhos da Sessão Ordinária para ouvirmos o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Lúcio Berilli, que usará a tribuna por dez minutos para falar sobre o projeto que altera o Código Tributário. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, comunico a V. Ex.^a que vou me retirar, porque estou sentindo uma dor violenta na perna. /

Fábio Mendes Glória, levantando questão de ordem: — Senhor presidente, o Vereador Amaral vai baixar enfermaria e só retornará na próxima terça-feira, antes do recesso. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Boa tarde a todos! De antemão, quero agradecer a oportunidade de estar nesta Casa de Leis, fazendo a explanação sobre a proposta de alteração do Código Tributário Municipal. Há uma dúvida quanto à determinada questão levantada pela procuradoria da Câmara, e não sei se querem que eu me atenha a esse ponto ou fale a respeito do projeto como um todo. Terei imenso prazer de falar sobre o projeto todo, pode ser? Só em relação ao ponto de dúvida? Tudo bem, então. No projeto, fazemos a proposta de alteração do artigo 92A do Código Tributário Municipal, com o foco a tributar as operações de cartão de crédito. As administradoras de cartão de crédito, quando firmam contrato com empresas do varejo, cada vez que o cartão é utilizado, cobram daquelas empresas 5% de taxa de administração. Tal taxa é fato gerador de ISS, e o Executivo e a Secretaria da Fazenda entendem que, como é prestada no Município, trata-se de imposto devido aqui. Para buscarmos esses valores que não estão sendo recolhidos na sede do Município, faz-se necessário que tenhamos acesso às informações referentes às operações de cartões de crédito. O texto do artigo proposto diz que: “As operadoras de cartão de crédito, débito, transporte ou similares ficam obrigadas a fornecer, mensalmente, à Secretaria Municipal da Fazenda, mediante arquivo digital, informações pertinentes a operações e prestações de serviço realizadas por contribuintes localizados no Município de Cachoeiro de Itapemirim.” Quando dizemos “por contribuintes localizados no Município”, não significa detalhadamente qual é o contribuinte, e sim o universo deles. No parágrafo seguinte, colocamos: “As administradoras de cartão de crédito, débito, transporte ou similares prestarão informações sobre as operações realizadas mensalmente, compreendendo os montantes globais por estabelecimento ou prestador credenciado, não devendo ser informada ao Município a identificação do tomador do serviço.” Então, pedimos a informação global, e não separadamente por cada operação, resguardando, assim, a questão constitucional referente ao sigilo fiscal. No parágrafo 2º consta: “Para os efeitos dessa lei, considera-se como operadora de cartão de crédito, débito, transporte ou similares em relação aos estabelecimentos e prestadores credenciados a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem como pela captura da transmissão das transações dos cartões de crédito, débito, transporte ou similares.” Nesse parágrafo, tentamos focar as administradoras de cartão de crédito como sujeitos passivos do tributo municipal. O parágrafo 3º diz que caberá ao regulamento disciplinar a fórmula, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata o artigo. Para não ficar tecendo minúcias, reservamos o direito de estabelecer por decreto a criação dos critérios de como isso será transmitido para a administração pública. A procuradoria da Câmara, pertinentemente, alerta para o fato de que o artigo proposto tem certo conflito com a Lei Complementar 105/2001, que trata das hipóteses de quebra do sigilo bancário. No artigo 6º dessa lei consta que as autoridades e os agentes fiscais e tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive aqueles referentes às contas de depósito e movimentação financeira, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, e que tais exames sejam considerados indispensáveis para a autoridade competente. Esse artigo fala de exame de livros e documentos, e não é isso o

que estamos pedindo nessa proposta, e sim que sejam informadas as operações realizadas. Os exames de livros fazem parte da fiscalização normal de rotina, o que é feito anualmente, através de procedimento administrativo. Aqui, nós queremos apenas fazer o acompanhamento da cobrança do ISS sobre as administradoras de cartões. Lembro que o sigilo é resguardado constitucionalmente no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, onde diz: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.” Inclusive, no nosso artigo, colocamos que não deve ser informada ao Município a identificação do tomador de serviço. O objetivo de termos incluído isso foi resguardar a inviolabilidade das informações de cada pessoa. Outro questionamento quanto ao projeto é porque nele também estão previstas penalidades para aqueles que não apresentarem essas informações. Então, se eu mantiver o artigo 92A, não terei como dispensar o artigo 210-15 A e B, que fala sobre a penalidade para não apresentação das informações. Diz o artigo 210-15 A e B: “Quanto às infrações relativas ao fornecimento de informações referentes à utilização de cartão de crédito, débito e congêneres, em estabelecimentos prestadores de serviço localizados no Município de Cachoeiro de Itapemirim, fica criada multa de 200 UFCI por mês à pessoa jurídica administradora de cartão de crédito...” A letra B prevê uma multa de 50 UFCI para aqueles que apresentarem fora do prazo estabelecido no regulamento ou fizerem com dados inexatos ou incompletos as informações relativas à utilização de cartão de crédito nos estabelecimentos prestadores de serviços de Cachoeiro de Itapemirim. Portanto, criamos penalidades para o caso de não haver cumprimento, pois, do contrário, a lei ficaria inócua. Espero que eu tenha conseguido tirar as dúvidas, inclusive deixo claro que em momento nenhum tivemos vontade ou pensamento de fazer qualquer quebra de sigilo bancário, fiscal ou pessoal dos envolvidos nas operações de cartão de crédito. / **David Alberto Lóss:** — Eu tenho uma dúvida e acho que seria interessante se pudéssemos raciocinar de maneira prática. Vamos imaginar que um cartão de bandeira X opere em Cachoeiro de Itapemirim, e eu compre em uma loja Y. Esse serviço que a bandeira presta à loja é remunerado; essa remuneração que será paga ao cartão sofrerá qual percentual de Imposto Sobre Serviço a ser taxado pela prefeitura? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — A bandeira normalmente cobra de 3% a 5% do valor da operação feita com o comerciante; então, esses 3% a 5% serão a receita administrativa, e sobre ela o nosso regulamento prevê a cobrança de 5% de ISS, o que hoje é pago em favor do Município onde fica a sede da empresa que detém a bandeira do cartão de crédito. / **David Alberto Lóss:** — Então, não importa se o camarada mora no Maranhão e comprou aqui. Será considerado que o serviço foi prestado em Cachoeiro. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Sim. / **David Alberto Lóss:** — Dando uma de advogado do diabo, gostaria de lembrar que o Brasil tem cinco mil e seiscientos Municípios e, imaginando que todos eles queiram fazer esse tipo de cobrança, a empresa teria que fazer um relatório mensal para todas essas cidades onde ela pode operar? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Exato. Ela faz esse relatório de acordo com o número de contribuintes que o Município apresenta. Para realizar a cobrança, eu tenho que apresentar a eles quais são os contribuintes do Município de Cachoeiro de Itapemirim relativos a ISS; portanto, a empresa não pode me mandar aquilo que não seja sobre o ISS. A margem de cobrança de tributos da prefeitura fica sobre o ISS e sobre o ITBI, que não é o caso do cartão de crédito. Daí, quanto ao ISS, tenho que informar à operadora do cartão quantos são os contribuintes constituídos e cadastrados em Cachoeiro

de Itapemirim. A partir disso, elas vão gerar um arquivo. / **David Alberto Lóss:** — Vão dizer à prefeitura quanto a empresa cadastrada no ISS pagou naquele mês. O secretário tem uma ideia do volume de recursos que isso pode gerar para o Município? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Temos uma expectativa de que 60% dos comércios de Cachoeiro trabalhem com cartão de crédito. Como o comércio em geral trabalha com ICMS, sendo poucos os que trabalham com ISS, teremos as floriculturas, funerárias, reveladoras de fotos, estacionamentos rotativos e rede de hotelaria. Mesmo que o volume não seja muito grande, acreditamos que gerará de dez a vinte mil reais/mês. / **David Alberto Lóss:** — Isso, por exemplo, não atingirá as empresas de comércio localizadas no shopping, só será para prestação de serviço? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Sim, só para prestação de serviço. / **David Alberto Lóss:** — Se eu comprar um par de sapatos numa loja do shopping e pagar com cartão de crédito (...) / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Se não é contribuinte de ISS, ele não terá essa informação para me dar. / **David Alberto Lóss:** — Então, a prefeitura não receberá desse cliente, mesmo que a sapataria pague à bandeira o valor do serviço prestado? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Perdão, David. Mesmo do ICMS, eu tenho a prestação de serviço, o que dará mais do que os vinte mil reais. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Seguindo o raciocínio do Vereador David, quando ele citou que o Brasil tem cinco mil e seiscentos Municípios, e sendo essa uma lei municipal, gostaria de saber se cada Município buscará os seus interesses. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Se tiverem esse interesse, sim. Eu trouxe essa experiência do Governo do Estado, onde tive as informações bancárias de cartão de crédito disponibilizadas nessa mesma linha e resguardadas com tranquilidade. Cada Estado tem que criar sua legislação. Tenho certeza que até mesmo o Governo do Estado me disponibilizaria as informações que são repassadas a ele, mas preciso ter o resguardo da lei para buscar isso. As casas bancárias hoje já me prestam essas informações, mesmo não havendo a lei aqui. As agências já me fazem uma declaração com informações bancárias mensalmente junto com o skype que é um programa que temos. / **David Alberto Lóss:** — Hoje, a Receita Federal sabe se você comprou em qualquer loja com cartão de crédito; portanto, quando coloca aqui que não deve ser repassada ao Município informação sobre o tomador de serviço, é evidente que a Receita sabe de tudo. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Nem tanto. Na época da CPMF, a Receita tinha mais essas informações, porque era geradora da contribuição e buscava, com o número do CPF das pessoas, todos os recolhimentos. O que estamos buscando efetivamente são as informações básicas e globais, de maneira tal a não termos empecilho jurídico. / **Wilson Dilem dos Santos:** — O senhor busca o nosso contribuinte de forma respeitosa, valorizando não só a administração, como também dando retorno à sociedade, procurando sempre novas fontes de recolhimento de impostos. Nesse caso específico, o que chamou a atenção do senhor para que fosse incluído no Código Tributário essa questão dos cartões de crédito? Foi um comparativo em relação a outros Municípios? O Município, com certeza, está deixando de arrecadar por uma falha em algum ponto do sistema de arrecadação. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Eu diria que é o cheiro. Como sou auditor de carreira, acabo dormindo e levantando pensando em tributos, e assim por diante. Portanto, sempre que faço qualquer coisa, tenho por hábito pedir documento fiscal. Eu peço nota fiscal de tudo o que faço e compro. Um contribuinte veio conversar comigo a respeito dessa cobrança, porque ele tinha um monte de máquinas, e eu havia dito que não era necessário, já que bastaria ter um único

equipamento que vem com um dispositivo chamado PIN PAD, acoplado ao ISS. Ele disse que isso era muito bom, pois deixaria de pagar o aluguel de várias máquinas, diminuindo o custo, já que pagava 5% de administração. Naquele momento, eu comecei a processar, pensando em tributo, e analisei que o aluguel não geraria, mas a prestação de serviço sim. Isso me levou a estudar e buscar fontes de pesquisas junto aos colegas. No Estado, quando chegamos a esse ponto, foi por conta do laboratório onde se faz a checagem das informações. Perguntei: se o Estado faz, por que não podemos fazer também? Fui até lá, chequei como foi feita a legislação, sentei com o jurídico, e demos um norte. Isso não é garantia de que teremos o tributo, pois, no princípio, teremos que fazer queda de braço com as administradoras dos cartões, da mesma forma que ocorreu com os donos de cartório e com o setor de mármore e granito, no que diz respeito à industrialização por encomenda. Hoje, o ISS é fruto de uma legislação nova, que é a 116, o que gera algumas dúvidas, da mesma forma que aconteceu com o ICMS, em 1988. Com o passar do tempo, vamos criando, modificando e crescendo, e foi isso o que aconteceu. Respiro tributo dia e noite e tenho a preocupação de criar uma tributação equilibrada, de modo que atinja a todos, sem sobrepor valores a ninguém. / **Marcos Antonio Mansor:** — Sr. Lúcio, já foi feito algum estudo do impacto da modificação dessa lei de tributação para o consumidor? Há muitos estabelecimentos comerciais que não trabalham com cartão devido à taxa que deve ser paga à operadora. Quero saber se esse imposto incidirá ainda mais nessa questão e se os senhores já pensaram nisso. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Já pensamos sim. Acontece que as administradoras já pagam o ISS, sendo que a única diferença é que elas entendem que a administração do crédito está sendo feita na cidade sede da empresa, e não no ponto onde está sendo tomado o crédito. Se eu for ao banco fazer um empréstimo, farei isso nesta cidade; logo, a prestação de serviço acontecerá aqui, em Cachoeiro. E é isso o que está acontecendo com a compra, ou seja, o crédito é realizado na frente do comerciante. / **Marcos Antonio Mansor:** — Então, essa taxa já é paga, mas não para cá, e sim para lá. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Sim, é paga para lá. / **Marcos Antonio Mansor:** — Era isso o que eu queria saber. Então, não será gerada uma nova taxa. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Não. Essa legislação é bem genérica, e estou mudando muita coisa nela. A lei menciona a forma de tributação dos cartórios, que está sendo mudada logo no início. Trabalhamos a instituição da nota fiscal eletrônica, que já foi licitada; porém, há uma ação contra a nossa licitação, e estamos aguardando o Tribunal de Contas se pronunciar sobre ela para, depois, colocarmos em prática. Inclusive, há um ganhador, mas ainda não foi homologado. Também criamos a obrigatoriedade do uso do ECF, que são máquinas que emitem cupom fiscal, com a finalidade de fazer com que as pessoas fiquem menos tempo nas filas, sendo atendidas mais rapidamente nas lojas, o que cabe somente às prestadoras de serviços; instituímos a isenção definitiva de taxas para as micro e pequenas empresas, que é um pleito do FOMIPE – Fórum das Micro e Pequenas Empresas, cujos representantes participaram conosco de um fórum regional produzido pelo SEBRAE; criamos a obrigatoriedade de alguns instrumentos de controle, como os casos de ECF, de nota fiscal eletrônica e de catraca, para aqueles que vendem serviço, com penalidades para o descumprimento de obrigações acessórias. Entendo que essa lei é importante para o Município, pois promoverá um tratamento igualitário para todos, sem criar nenhuma tributação a mais, a não ser por penalidade ou por falta de cumprimento de alguma

obrigação acessória. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Na semana passada, solicitei à Mesa Diretora que o secretário da Fazenda viesse à Câmara para esclarecer esses pontos observados pela nossa procuradoria. Em nenhum momento foi apontada alguma inconstitucionalidade no projeto. Esse projeto seria votado na semana passada, e, como todos os vereadores tiveram a oportunidade de fazer observações e sugestões, e o secretário esclareceu os pontos duvidosos, peço que a proposta seja incluída na pauta de hoje. Conversarmos com o Vereador Amaral, que leu o projeto e deu o seu parecer favorável, embora ele não esteja no plenário. Desde a semana passada, a Comissão de Justiça e Redação deu o seu parecer, que também é favorável. / **Leonardo Pacheco Pontes (Presidente em exercício):** — Acatado. / **David Alberto Lóss:** — Sr. Lúcio, o artigo 267, parágrafo 2º está sendo alterado? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Sim. / **David Alberto Lóss:** — Ele diz que: “Não compete ao Conselho Municipal de Tributo afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade.” E a quem compete? / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — A inconstitucionalidade e a ilegalidade são prerrogativas do STF, que é o responsável por discutir isso. / **David Alberto Lóss:** — Isso é redundante. Ora, o Conselho Municipal analisa casos concretos, e, quando perceber na cobrança, execução ou o que for, que há um erro na decisão do secretário em determinado processo, ferindo o princípio legal, isso não poderá ser alterado. Esse foi o entendimento que tive, ou seja, o contribuinte terá que recorrer à instância judicial. / **Sr. Lúcio Berilli Mendes:** — Sim. Agradeço a todos desta Casa. A Secretaria da Fazenda está aberta a todos os senhores, e será um prazer imenso poder recebê-los para tirar qualquer tipo de dúvida e efetuar mudança no que for necessário. Muito obrigado! / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Fábio Mendes Glória:** — Boa tarde a todos! Não tenho o costume de utilizar o Pequeno Expediente, mas uma das matérias lidas hoje merece minha atenção. Gostaria de agradecer aos vereadores que assinaram, de forma coletiva, para que tivéssemos aqui a presença do Cabo da Polícia Militar, o Wanderley Amaral. Há alguns dias, esse policial impediu um assalto à mão armada, em frente à Agência do Banco Banestes, no centro da cidade. O Wanderley Amaral se encontrava de folga; portanto, estava desarmado, mas, com uma coragem de poucos, imobilizou um assaltante armado, colocando em risco sua própria vida para salvar a de transeuntes que estavam nas proximidades. Esse homem é digno de louvor, admiração e reconhecimento por parte desta Casa de Leis; por isso, fiz questão de pedir a todos os vereadores que assinassem essa nota de elogio, que será encaminhada ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff, ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Anselmo Lima, e ao Comandante do 9º Batalhão, Coronel Inácio Darós. Percebi, através da imprensa, que pessoas de todas as camadas da sociedade elogiaram a atitude do policial. A Câmara não só encaminhará esse elogio como intervirá, pedindo a promoção do policial por ato de bravura. Já observei, ao longo dos meus vinte e sete anos de segurança pública, alguns militares sendo promovidos por ato de bravura, por questões bem inferiores a que vimos aqui. Vamos tentar viabilizar essa questão e ver onde é que a Câmara pode agir, pois, do jeito que a situação ocorreu, esse militar é merecedor da citada promoção. Muito obrigado! / **Gildo Abreu:** — Boa tarde a todos! Vim até aqui para falar de um projeto de resolução, de minha iniciativa, que dispõe sobre a concessão de homenagem aos trabalhadores domésticos. Hoje, fiz um levantamento

para saber o que diz a lei a respeito desses trabalhadores. Os direitos dos empregados domésticos são bem menores do que os dos trabalhadores normais, se comparados, por exemplo, com aqueles que trabalham nas indústrias. As empregadas domésticas são pessoas que colocamos dentro de nossas próprias casas para cuidar dos nossos filhos e dos afazeres que deveriam ser feitos pelas esposas, já que elas trabalham fora. Por esses motivos e outros precisamos prestar homenagens a essas guerreiras, trabalhadoras, pois são pessoas de confiança das famílias. Vinte sete de abril é o dia da empregada e do empregado doméstico. Apesar de essas pessoas serem de inteira confiança, elas são privadas de alguns direitos, como, por exemplo, o de ter o Fundo de Garantia, que é opcional. O empregador assina a carteira, mas tem a opção de recolher ou não o FGTS, e isso acaba gerando outro impasse, pois o Seguro Desemprego só é dado ao empregado que recolheu o FGTS. O PIS, aquele abono que o trabalhador recebe anualmente, depois de cinco anos de serviços prestados, também não é um direito dessa classe. Eles também não têm direito a Salário Família nem ao benefício por acidente de trabalho. O único benefício que lhes é atribuído é o Auxílio Doença. Esses trabalhadores sequer recebem hora-extra, mesmo que sua jornada de trabalho, fixada em lei, seja de quarenta e quatro horas semanais. O adicional noturno, insalubridade e periculosidade também não fazem parte dos direitos dessa classe de trabalhadores. São pessoas privadas de algumas garantias e que merecem, pela profissão e pelo trabalho que desenvolvem, ser homenageadas por esta Casa de Leis; por isso, hoje, estou apresentando esse projeto e gostaria de pedir o apoio dos nobres colegas, através dos votos. Dessa forma, no dia vinte e sete de abril, homenagearemos essas pessoas tão guerreiras. Muito obrigado! / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Luiz Guimarães de Oliveira**: — Boa tarde a todos! Vim a esta tribuna, porque a cada momento do meu trabalho procuro desenvolver minhas atividades com respeito ao povo de Cachoeiro. Fiz, há algum tempo, um projeto para a implantação de detectores de metais nas escolas do Município. Hoje, ao ler o Jornal A Tribuna fiquei muito alegre quando vi que um vereador de Vitória, também chamado Luizinho, fez o mesmo projeto, com as mesmas palavras. O projeto do vereador da capital foi aprovado, e os detectores serão instalados nas escolas do Município de Vitória. Ele ainda acrescentou que também os shoppings e as casas de show deveriam ter detectores de metais. Algumas pessoas dizem que não é viável essa situação, mas é claro que é. No Município de Colatina, de ontem para hoje, foi encontrado, com um jovem de dezessete anos, dentro de uma escola municipal, um revólver trinta e oito com três munições intactas. Não para por aí: também em Colatina, outro jovem foi encontrado com um revólver calibre trinta e dois. Isso me preocupa, afinal, tenho um filho na escola, e há alguns dias nós pudemos ver, nas manchetes, uma tragédia ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, onde doze crianças foram vitimadas, covardemente, por um maluco, um maníaco, um homem sem coração, que matou sem motivos. Com certeza, faltava-lhe Deus no coração; caso contrário, não teria cometido tal ato. As pessoas acham que nós viemos até aqui para brincar e jogar conversa fora, mas não é isso. Quando subo nesta tribuna e faço meus projetos tenho responsabilidade. São projetos feitos em cima de coisas possíveis de acontecer. Na idade em que estamos, já que aqui não há nenhum garoto, assistimos a várias situações, muitas das quais enxergamos, mas temos medo de falar e deixamos de tomar providências, pensando que são bobagens. Não quero nem saber, bobagem por bobagem eu

vou é falar. O meu projeto está em tramitação nesta Casa. Hoje, conversando com o Vereador Gildo Abreu, soube que ele está lutando por um projeto muito interessante e que deve ser posto em evidência rapidamente. Eu e V. Ex.^a, Presidente Júlio, vamos deixar uma sugestão para o projeto do Vereador Gildo Abreu. A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, quase disse Córrego dos Monos, sou tão apaixonado por aquele lugar que já ia me referir a ele, tem um portal da transparência; então, sugiro que nele haja um local para acompanharmos a tramitação dos projetos, assim como ocorre no site da prefeitura. Esse mecanismo facilitaria a cobrança e nos ajudaria a encontrar o projeto com mais rapidez. Deixo aqui esse pedido para que V. Ex.^a, Presidente Júlio Ferrari, dentro das possibilidades legais desta Casa, possa colocar no site da Câmara o projeto instituído pelo colega Gildo Abreu. Desde já, digo que pode contar com o meu voto, porque o projeto é superinteressante, haja vista que esta Casa precisa de mais transparência. Ainda sugiro que, como no tempo da escola, não seja informada só à tramitação do projeto, fazendo-se constar também o movimento de cada vereador. O povo precisa saber o que o Vereador Moulon está fazendo e onde ele está. Graças a Deus, Tenente, V. Ex.^a está de parabéns, e o seu trabalho excelente já aparece, pois a cidade percebeu as mudanças. Fico feliz por um vereador ter saído desta Casa e estar mostrando sua competência, como qualquer um desses que está aqui. O Brás é o único que está dando mole e deixando “o dele” na seringa, quando era para colocar o serviço na rua. Já falei várias vezes sobre esse assunto e até vou parar de falar, pois começo a me lembrar das coisas e não paro mais. Ele é um cara bom, mas poderia deixar de aparecer e trabalhar, entendendo que quem trabalha se sobressai muito mais. Todos estão percebendo essa questão; portanto, parabênizo o Tenente Moulon e ofereço-lhe o meu apoio. Não o estou perturbando, afinal, sei que me pediu um tempo para organizar a cidade, e está fazendo isso. Os movimentos dos vereadores deveriam ser colocados no site, para que a população saiba se eles comparecem à sessão e discursam para o bem-estar de Cachoeiro. Nós temos que nos lembrar que somos responsáveis por cada ato cometido na cidade em relação a leis. É uma pena que o policial militar tenha se ausentado, Vereador Fabinho, pois V. Ex.^a demonstrou mais uma vez sua inteligência, competência e rapidez ao homenagear o Cabo Amaral pela bravura ao se expor em praça pública e desarmado para defender um cidadão que ele nem conhecia. Atitudes como essa são para se tirar o chapéu, e devemos agradecê-lo em nome da cidade pelo ato, que demonstra que ainda há pessoas com boas intenções. Esses malandros, que estão vindo de fora, precisam ser banidos da nossa cidade. É preciso haver pressão e cobrança para que eles entendam que Cachoeiro não é ninho de vagabundo, e sim uma cidade que requer respeito. Assinei, com muita alegria, o documento que o Vereador Fábio fez. Espero que o secretário e o governador possam olhar com rapidez e homenagear esse jovem, que colocou o seu rosto e o de sua família no meio da rua. / **Aparteando Fábio Mendes Glória:** — Primeiro, ressalto que deixei claro ao Cabo Amaral que houve uma homenagem e um reconhecimento por parte da Câmara, e não só do Vereador Fabinho. O fato de todos os vereadores terem assinado o ofício vai pesar muito em favor daquele policial, quanto ao seu ego profissional e pessoal. O bandido, antes de ser atacado pelo Cabo Amaral, chegou a fazer dois disparos em via pública e na direção da vítima; mesmo assim, esse bravo homem o enfrentou. Havia me esquecido desse detalhe, pois realmente foi uma demonstração de bravura do policial, que agiu em defesa da população. / **Luiz Guimarães de Oliveira:** —

Lembro que o Cabo Amaral colocou sua própria vida em risco. Parabenizo V. Ex.^a, Presidente Júlio, pois, mesmo com todas as dificuldades que esta Casa enfrenta, esforçou-se para que, mais uma vez, a Câmara tivesse uma festa como a de quarta-feira. Em nossa vida, não conseguimos agradar a todos, mas, pelo menos da minha parte, agradeço pelo convite e digo que achei a festa muito bacana. Ouvi dizer que V. Ex.^a mudará algumas coisas para o ano que vem e, se assim for, pode contar com o meu apoio, porque tenho certeza que, se a cada ano um pensar um pouquinho diferente, as coisas vão sempre melhorar. Agradeço mais uma vez a V. Ex.^a pelo carinho que teve comigo, com a minha família e com os meus homenageados. Parabéns pelo seu trabalho, o qual sei que não é fácil. Fácil é censurar e falar besteiras. Deixo desta tribuna os meus agradecimentos, já que, durante àquela sessão solene, falaram demais e, se eu fosse falar, seria ainda mais. Agradeço ao Senador Magno Malta, ao Deputado Federal César Colnago, ao Guarda Municipal Eraldo, do Distrito de Córrego dos Monos e que trabalha do CIODES no Bairro Vila Rica, ao Marcelo Lamar, ao Gilberto Lopes e ao Elyan Peçanha, que foram as pessoas que receberam minhas homenagens. Faço esse agradecimento de público. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, peço paciência ao líder do prefeito, pois há outro projeto que ficou em minha mesa e só desceu agora, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com a Cáritas Diocesana e com a Liga Urbana. Gostaria que o presidente acatasse o pedido do Vereador Alexandre Bastos para que a votação ocorra hoje. Na verdade, não é nem um pedido do Vereador Alexandre, e sim do Buiú, que trabalha para ele. O Buiú nos procurou, junto com o pessoal da Cáritas Diocesana, e o projeto já estava pronto, inclusive com os pareceres. Achei interessante o trabalho da Cáritas Diocesana, que retira crianças da rua e as coloca junto de uma senhora que está se mostrando uma mãezona. Muito obrigado! /

Roberto Barbosa Bastos: — Boa tarde a todos! Venho a esta tribuna para fazer uma análise da atual administração, no que tange à saúde no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Gostaria de chamar a atenção dos vereadores, porque tenho em mãos um relatório do ano de 2010, confeccionado pela própria Secretária Municipal de Saúde. A secretária é obrigada, por lei, a fazer um relatório daquilo que foi programado e daquilo que foi realizado. Preocupe-me com alguns índices com os quais me deparei. A mortalidade infantil em Cachoeiro aumentou, bem como a mortalidade por doenças evitáveis, como as cardiovasculares e as metabólicas. Tenho essa preocupação, afinal de contas, no próprio relatório, quando há a análise dos técnicos da Secretaria de Saúde, os índices que não foram alcançados recebem a ressalva de que não houve a realização por falta de recursos financeiros. Isso me deixa muito preocupado, já que nós sabemos que essa administração gasta muito dinheiro com festas e com eventos e até mesmo enviou para a Câmara Municipal, recentemente, um projeto, aumentando o raio de ação e a estrutura da AGERSA, que gasta mais de dois milhões de reais por ano e não traz nenhum benefício para a população carente do Município. Enquanto crianças estão morrendo na periferia, o prefeito está preocupado em aumentar uma agência reguladora, que gasta milhões por ano, recursos esses que poderiam ser destinados à saúde, e não estão sendo. Olhando o relatório, podemos ver que a mortalidade infantil aumentou de trinta e duas para trinta e seis crianças, e entre as causas dessas mortes está a cobertura do pré-natal que, em nosso Município, é péssima. As mulheres de Cachoeiro de Itapemirim não fazem pré-natal, o que se constituiu uma deficiência gravíssima. Ressalvo que não estou tecendo críticas à pessoa da secretária,

porque ela está fazendo seu relatório. Em situações como essa, a culpa é do prefeito, porque ela diz que não atingiu o objetivo por falta de recursos financeiros. O PSF de Cachoeiro tem uma cobertura péssima, de menos de 50%, sendo que era para ficar entre 80% e 90%. Isso ocorre por falta de construção de novas unidades e de contratação de médicos. Sabem quando custa um PSF? Duzentos e oitenta mil reais, e eles só construíram um no ano passado. Enquanto isso, só na Bienal Rubem Braga foram gastos um milhão de reais. O Michel Teló vai cantar hoje à noite e seu show custa cento e quarenta mil reais, o que já é meia unidade de PSF. Quanto é que o Tony Rodeios vai levar? A festa de Cachoeiro vai passar, a Bienal Rubem Braga já passou, os gastos da AGERSA já passaram. Todos os anos passam dois milhões de reais pela agência, que gasta a maioria do dinheiro em publicidade, enquanto a saúde da nossa gente fica pior a cada dia. Crianças estão morrendo e cidadãos com hipertensão arterial, muitas vezes, não conseguem medicamentos, sendo que com oitenta mil reais compra-se Captopril para atender a toda a população de hipertensos de Cachoeiro de Itapemirim. Pessoas estão morrendo! Outro dia, fui à Santa Casa e vi que estão ampliando o pronto-socorro. Aquela é uma obra muito importante, pois nós sabemos que lá não dá para atender quase ninguém, já que está sempre cheio. A obra está custando um milhão e oitocentos mil reais, ou seja, com o dinheiro que a AGERSA gastou em um ano com publicidade, seria possível construir um novo pronto-socorro em Cachoeiro. Enquanto isso, a Santa Casa luta com recursos próprios e os do Estado para conseguir realizar aquela obra. Deus sabe a dificuldade que o hospital enfrenta e há quantos anos vem fazendo aquele planejamento para só agora a obra sair. Por que o prefeito não pode aumentar a verba da saúde? Por isso, digo que a culpa dessa situação enfrentada pelo setor de saúde em nosso Município é do prefeito, e não da gestora que está à frente da secretaria. A culpa é dele, pois investir em saúde é dar prioridade às ações do governo. Enquanto a prioridade for a realização de festas, aluguel de tendas e do trio elétrico do secretário de Obras, realização de rodeios, que havia sido proibida pela Câmara, pagamento de cento e oitenta mil reais a artistas como o Toquinho e cento e quarenta mil reais para o Michel Teló, a saúde não irá a lugar nenhum. Só com o dinheiro gasto na realização desses dois shows daria para construir um novo PSF no Município, inclusive consta desse relatório que foi devido à falta de recursos que não aumentou a cobertura do PSF. Falta dinheiro na saúde, e o prefeito só não sabe disso, se não tiver lido esse relatório. Espero que ele tenha lido. Esse relatório também vem falando sobre a vigilância sanitária, órgão que cuida daquilo que nós consumimos. Faço questão de ler esse pedaço do relatório para não dizerem que o vereador está falando por falar: “As ações da vigilância sanitária foram prejudicadas pela falta de veículos, haja vista que nós só possuímos um para a realização das inspeções, especialmente nos distritos. Além disso, os cadastros dos estabelecimentos, que devem ser fiscalizados, exigidos pelo Código Sanitário, encontram-se desatualizados e prejudicados.” Quanto custa um veículo? Cinquenta mil reais. Só com o show do Michel Teló poderiam ser comprados três veículos. Será que a vigilância sanitária é menos importante que um show? A mortalidade infantil é uma vergonha e, se os senhores não sabem, e esse índice é o cartão de visita de qualquer nação e de qualquer sociedade, porque demonstra os cuidados que são dispensados às crianças que estão nascendo. Os piores países do mundo, aqueles mais pobres, têm os mais altos níveis de mortalidade infantil, e Cachoeiro de Itapemirim está com uma alta taxa de mortalidade, que ainda está

umentando. Isso é uma vergonha para os cachoeirenses. O prefeito deveria colocar a mão na consciência e saber que essas festas passam. Quem frequenta os rodeios e os shows? Tudo bem que eles estavam cheios, mas lá estavam duas ou três mil pessoas, sendo que o nosso Município tem duzentos mil habitantes. Será que essas duzentas mil pessoas concordam que tanto dinheiro seja gasto com uma tourada em vez de investirem na vigilância sanitária, em PSF, na compra de medicamentos, no acompanhamento dos diabéticos, dos hipertensos e dos cardiopatas que estão morrendo? Essa é apenas uma parte do relatório da saúde, e eu ainda vou esmiuçá-lo, trazendo para cá outros dados alarmantes, porque é fácil fazer propaganda na televisão. Na televisão, a administração é boa e está fazendo tudo; pergunto: fazendo o quê? Calçada? Pracinha? O povo não precisa de calçada nem de pracinha, e sim de saúde e de educação. Não sei se existe um relatório referente à educação, mas vou procurar saber. Será que a educação em nosso Município está indo tão bem como a saúde? / **Aparteando Fábio Mendes Glória:** — V. Ex.^a entende do assunto, é médico e tem essa preocupação de falar sobre a saúde em nosso Município. Gostaria de saber se nesse relatório consta ou se o senhor tem alguma informação concreta, pois, pelo que tomei conhecimento extraoficialmente, o aumento do índice de mortalidade infantil por falta de pré-natal é porque as mães não procuram a unidade de saúde para se consultar. Com o crescimento do tráfico e do consumo de crack, deparamo-nos com mulheres grávidas que, em vez de cuidar da sua saúde e da do seu filho, só querem saber de se envenenar. Há uma grande dificuldade para que um agente de saúde identifique esse tipo de situação e notifique a secretaria, de maneira a que alguém vá ao encontro dessa mãe. Essa é a realidade. Uma coisa é uma pessoa ser submetida ao acompanhamento médico, através do pré-natal, e dali sair com a possibilidade do óbito de seu bebê; outra coisa, aquela futura genitora que não se interessa pela criança que está gerando nem quer saber se ele é um ser humano ou um animal. Existem situações que precisam ser esclarecidas, Dr. Roberto. Nós temos, hoje, mais de vinte secretarias municipais. Na lei que cria a estrutura delas, dentre as inúmeras situações colocadas, há a dotação orçamentária. A Secretaria de Arte e Cultura, atualmente, tem dotação para realizar eventos, e isso não tem como ser revertido. É assim em todo o país, e não só em Cachoeiro. Com todo respeito que tenho a V. Ex.^a, quero lhe dizer que a Secretaria de Saúde tem dotação financeira própria e não deve ser comparada a nenhuma outra; portanto, não vale afirmar que há verba para a realização de shows, enquanto não há para adquirir um carro para a Secretaria de Saúde. V. Ex.^a, com toda sua inteligência, sabe que a dotação da cultura é para promoção de eventos, enquanto a da saúde é para cuidar da saúde do povo. No Grande Expediente tratarei desse assunto, pois são coisas que devem ser muito bem especificadas para que o nosso ouvinte, o povo cachoeirense, saiba discernir o que de fato está errado do que está sendo utilizado de forma política para colocar na mentalidade da população que se trata de um erro por parte do Município. / **Roberto Barbosa Bastos:** — Vou responder a V. Ex.^a. Primeiro, tratarei da questão do pré-natal, pois o percentual de mulheres grávidas que usam crack é muito pequeno e não chega a alterar esses índices. Outro fator é a qualidade do serviço de pré-natal público oferecido às gestantes. Afirmo aos senhores que é péssima. Ele não é feito, na maioria das vezes, por especialistas em obstetrícia, e sim por médicos do PSF, que são clínicos gerais. Há casos em que o acompanhamento é feito por enfermeiros e, mesmo que isso possa acontecer, sabemos que não é mais indicado. No próprio relatório, que enviarei

ao senhor, a secretária trata da dificuldade para a contratação de médicos e de enfermeiros, destacando a falta de recursos. Aí, eu digo a V. Ex.^a que a conscientização das mulheres para que procurem o acompanhamento médico durante a gestação cabe sim do prefeito, que gasto muito dinheiro com publicidade, mostrando pracinhas e calçadas que ele fez. Não passa nenhum informativo de saúde do tipo: “A Secretaria de Saúde informa que é fundamental o acompanhamento das gestantes, através do pré-natal.” As grávidas devem ser informadas dos locais de atendimento próximos as suas casas, nos postos de saúde, e, além disso, ter o atendimento prestado por médicos qualificados. Elas precisam ter ultrassonografia gratuita, e V. Ex.^a sabe que elas nunca conseguem marcar um exame de ultrassom através do SUS. Desafio alguém que consiga marcar esse exame com menos de um mês. O pré-natal é de péssima qualidade, e a culpa é da prefeitura sim. Se a mulher não faz o acompanhamento, a culpa é do prefeito, pois ele tinha que conscientizar a população carente. Se o indivíduo não tem educação, a culpa também é do poder público, afinal de contas, é dele que parte os investimentos para a educação. Publicidade desse tipo tem que existir sim, pois eles gastam dois milhões por ano com a AGERSA para fazer propaganda dela em vez de informarem à população carente sobre a saúde. Sei que existe a dotação orçamentária, mas a Câmara Municipal deu ao prefeito livre percentual de uso do orçamento para que ele possa determinar o seu remanejamento da forma que bem entender. O Prefeito Carlos Casteglione tem maioria nesta Casa de Leis. Se ele mandar para cá um projeto de lei, aumentando os investimentos na saúde, a proposta será aprovada na hora, inclusive eu, mesmo sendo da oposição, votaria favorável. Se ele mandasse uma mensagem para a Câmara hoje, informando que iria tirar dois milhões da AGERSA e os investimentos da festa de Cachoeiro para destinar esses recursos à saúde, com vistas a, por exemplo, construir postos de PSF, aumentar o acompanhamento de pré-natal e realização de ultrassom, nós aprovaríamos na hora e em regime de urgência, mesmo sem passar pelas comissões. Tenho certeza disso. O prefeito mexe no dinheiro público como bem entende. Se ele deixa de comprar ambulâncias e de construir PSF, é porque não quer, já que prefere fazer festas que rendem mais votos e permitem ganhar a eleição. O atual prefeito não está preocupado com a saúde do povo, e sim com a eleição que se aproxima. Essa é a realidade. O Poder Executivo tem seu orçamento aprovado pela Câmara. Se não me engano, nós aprovamos 60% para remanejamento. Ele pode usar o orçamento, que é de cem milhões de reais, da forma que quiser, tirando parte do dinheiro da cultura e investindo na educação. Então, Vereador Fábio Mendes Glória, com todo respeito que tenho a V. Ex.^a, eu sei que os prefeitos fazem festas, porque vejo isso em todos os lugares, mas acho um absurdo que aqui o dinheiro público seja usado dessa forma, já que somos um Município dos mais pobres do Espírito Santo em termos de arrecadação. Tanto isso é verdade que o secretário da Fazenda está aqui conosco e trouxe um projeto para aumentar a arrecadação, no qual votarei favorável por entender que é preciso investir melhor o dinheiro público. Os investimentos de Cachoeiro de Itapemirim devem ser destinados, em sua maioria, à educação e à saúde, e não para fazer festas onde se gasta duzentos e cinquenta mil reais em apenas dois shows. O Michel Teló vai cantar esta noite, e o Toquinho já cantou com seu violão, ali na praça, por meia hora, cobrando cento e quarenta mil reais. Com o que já foi gasto até agora daria para comprar quatro ambulâncias. Pelo amor de Deus, com o dinheiro dos dois shows eles construiriam um novo PSF! Com o dinheiro de um ano da AGERSA daria para fazer o

pronto-socorro que a Santa Casa demorou dez anos para construir. O prefeito vem até nós e ainda diz que não tem dinheiro para construir um novo pronto-atendimento, que custa quinhentos mil reais e que ficaria de portas abertas vinte e quatro horas, com médicos, raio X e ultrassonografia. Isso é barato, não é nada se comparado ao orçamento da Bial Rubem Braga. O povo, que mora na região Norte do Município, nos Bairros Aeroporto e Zumbi, tem que ir ao Posto Paulo Pereira Gomes de madrugada, sendo que nem ônibus nós temos nesse horário. Na saúde, tudo ocorre com a maior dificuldade. Esses dias, eles estavam dizendo que havia três médicos atendendo, o que era uma grande mentira, já que, no máximo, ficam lá dois médicos. Mentem descaradamente, mas só quem vai até lá é que sabe do sofrimento. Gostaria que os senhores fossem até o pronto-atendimento em uma madrugada de sábado para virem como fica aquele local. Posso dizer que a sensação é de que o nosso Município está em guerra, não há médicos, porque o prefeito não quer pagar bem. Se o Município quer que os médicos trabalhem, então, que os pague direito, aumentando o salário da categoria e também dos enfermeiros e de todo o pessoal da saúde. Esse é o meu desabafo. Estou com o relatório da saúde e com o balancete da AGERSA, inclusive quem quiser ter acesso a eles é só me pedir. Trouxe-os para mostrar que há inúmeras irregularidades. Vejo aqui água mineral, refrigerante diet e água de coco no valor de quatrocentos mil reais para atender aos coquetéis da prefeitura. Para resumir, vamos pressionar o prefeito, de maneira a que ele invista mais na saúde, porque os índices estão péssimos. Vou me aprofundar nesse estudo e trazer os números da mortalidade infantil, da cobertura do pré-natal e do PSF, que ainda tem muito o que melhorar. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Gostaria de conhecer esse relatório para que possamos discuti-lo mais pormenorizadamente e de forma desapassionada, porque é um assunto sério. Como disse o Vereador Fábio, a população poderá ficar alarmada, pois, pelo seu pronunciamento, dá-se a impressão de que estamos perdidos e caminhando de forma célere para a fatalidade. Gostaria de saber a data de produção desse relatório e a quem ele foi encaminhado para que possamos discutir detalhadamente esses índices, buscando uma solução, porque é uma denúncia grave contra a secretária de Saúde. Pelo que ficou caracterizado em sua fala, posso considerar que ela não é negligente, mas omitiu fatos que deveriam ter sido expostos ao prefeito. Entende-se ainda que a situação é um caos. Não sei se esse relatório chegou à Câmara ou aos vereadores. / **Roberto Barbosa Bastos:** — Eu peguei no site da prefeitura. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Gostaria de saber se esse relatório é recente. / **Roberto Barbosa Bastos:** — É recente sim, é de 2010. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Quero dizer, com todo o respeito ao senhor, Vereador Roberto, que não é para retirar todos os investimentos da cultura, não. Ora, se retirarem tudo o que é investido em cultura, o povo vai ficar doente culturalmente. Vamos tentar acomodar a situação sem que as crianças morram. Estou feliz da vida, pois vi uma placa, informando que a Casa da Memória será reformada. Eu sonho com um museu em Cachoeiro de Itapemirim e acho que a cultura também precisa disso. O Vereador Roberto é médico; eu, professor, então, acho que não deveríamos ter outra secretaria para tirar os investimentos da cultura. Não só da cultura. / **Roberto Barbosa Bastos:** — Sem dúvidas. Eu sei que a cultura é importante. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — A cultura serve até mesmo para recuperar o passado e a memória de quando nosso Município era a Atenas Capixaba, uma cidade de intelectuais. / **Roberto Barbosa Bastos:** — Muito obrigado! / **Luiz Guimarães de Oliveira,**

levantando questão de ordem: — Informo ao povo de Cachoeiro que o Humberto Messias, Presidente do Tribunal de Contas, acabou de renunciar. Demorou! / **Gildo Abreu:** — Boa tarde a todos! Agradeço ao Vereador Luizinho pelas palavras de apoio ao Projeto do Portal da Transparência. Tive informações de que esse projeto já deveria ter sido feito pela Câmara há muito tempo, mas não por minha iniciativa, e sim da Mesa Diretora. O projeto está tramitando, e espero que, na próxima sessão, possamos votá-lo. O discurso do Vereador Roberto Bastos me induziu a refletir sobre muitas coisas que vêm acontecendo em Cachoeiro e outras que virão a acontecer. Acredito que, daqui para frente, alguns dos discursos nesta Casa terão esses embates mais acirrados, já que as eleições não estão muito longe. Na semana passada, ouvi dizer que uma raposa velha penetrou em uma reunião do PMDB, e a informação que tive é que as raposas velhas da política de Cachoeiro poderão se juntar para derrotar o Prefeito Casteglione. Isso porque, na minha avaliação, Casteglione é o prefeito que está consertando o Município de Cachoeiro, dando respostas às necessidades dos cachoeirenses e respeitando o dinheiro público, como foi dito pelo Tribunal de Contas. Há um parecer do Tribunal de Contas, que será votado hoje, recomendando a aprovação das contas do ano de 2009 do Município, diferente do que muito se ouvia falar na Câmara. O Prefeito Casteglione vem resolvendo algumas coisas em Cachoeiro, como a situação dos elefantes brancos. Dos oito que foram encontrados inacabados, seis já foram entregues ao povo de Cachoeiro e estão funcionando, sendo que o último deles foi o Frigorífico Municipal. O frigorífico, uma obra fantástica, foi todo recuperado, através de concessão à Cofril, e já está prestando serviço ao Município. A questão da saúde não se resolve de uma hora para outra, inclusive há problemas desse tipo no Brasil e na UNIMED. Eu não tenho plano de saúde, mas o meu cunhado tem o da UNIMED e está enfrentando problemas. Agora, existe uma nova lei, dizendo que o plano de saúde não pode deixar passar de quinze dias para marcar um exame. Portanto, no que diz respeito à saúde, também temos problemas na iniciativa privada. Com base nisso, não há como ter todas as questões de saúde pública resolvidas, embora isso devesse acontecer. Entretanto, estamos longe de chegar a esse ponto, até porque o prefeito herdou um Município com muitos problemas para resolver, e um deles é o elefante branco do Aquidaban, onde foram investidos mais de sete milhões de reais. Aquela obra foi inaugurada, mas nunca funcionou como Hospital Infantil; porém, o prefeito já resolveu isso, pois foi a Brasília diversas vezes, discutiu com ministro da Saúde e secretários de Estado da Saúde. Provavelmente, a partir do momento em que aquele hospital estiver funcionando, não só os problemas de Cachoeiro, como também os de vários Municípios da Região Sul do Estado serão resolvidos. Outro ponto positivo da administração do Prefeito Casteglione é que sobram mil e seiscentas vagas no ensino fundamental, fato histórico nesta cidade. Foram construídas dez escolas e inauguradas cento e cinquenta obras em dois anos e meio. Nos Bairros Abelardo Machado e Nossa Senhora de Fátima foram licitadas mais seis obras, ou seja, o asfalto das ruas dessas localidades será recapeado, não sobrando uma rua sem asfaltar e sem ter drenagem. No dia vinte, foi feita a licitação, e já anunciei isso no bairro, que é vizinho ao meu, e os moradores de lá estão com o sorriso até na orelha. Em breve, será dada ordem de serviço. As creches também tiveram os seus números de vagas mais do que dobrados; antes, havia duas mil e quinhentas crianças nas creches, e, hoje, há cinco mil e trezentas. Isso é um avanço, porque a mãe que trabalha para ajudar na receita da casa precisa de um local para

deixar o seu filho. Muitas dessas creches estenderam seus horários até às dezoito horas, permitindo que a mãe saia de casa, deixe o filho na creche, vá para o serviço e, depois, pegue a criança e volte para casa. Quem visitar o site da prefeitura verá que há um edital de licitação para a construção de mais três pontes para o interior, já que as anteriores foram carregadas pela chuva. Além de ouvir as críticas, tenho que falar das coisas boas. Eu sou fã da cultura e acho que ela tem que ter incentivo. Há poucos dias, estive na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, que sobrevive do turismo cultural. Eu não fui lá para outra coisa; deixei dinheiro no hotel e no restaurante, ou seja, gastei em Ouro Preto. Isso porque aquela é uma cidade voltada para receber turistas, potencial esse que Cachoeiro também tem. O que acho estranho é que antes não havia investimento na cultura e no turismo do nosso Município, e hoje há. Parece absurdo o que se gasta com cultura em Cachoeiro, mas eu acho que esse gasto deveria aumentar. Cachoeiro de Itapemirim é a cidade de Roberto Carlos, a capital secreta do mármore e do granito; portanto, os investimentos ainda são pequenos. Dizem que estão pagando caro para cantor fazer show aqui, mas, antes, isso também era feito, e não era barato. Aproveito para convidar os colegas para irem ao show de Michel Teló, onde duvido que não estejam presentes mais de vinte mil pessoas, a menos que chova. O povo de Cachoeiro gosta de comemorar e de se divertir. Convido a todos para irem ao Parque de Exposição presenciar o show do Michel Teló, que é de qualidade. Se é caro ou barato, eu não sei, porque não tenho ideia de quanto custa um show desse ou daquele cantor, mas que é de primeira qualidade e que deve ser visto isso é. Para terminar, digo que tenho certeza que o parecer do Tribunal de Contas será aprovado por unanimidade, visto que o Tribunal já analisou e deu ok nas contas, o que é algo inédito em Cachoeiro. Eu nunca vi as contas da prefeitura serem analisadas, votadas com tanta rapidez e devolvidas para que a Câmara possa aprovar. Isso porque muito se falou, mas nada se provou. As contas do ano de 2009 estão aí com o parecer favorável e com recomendação para que sejam aprovadas pelos vereadores. Muito obrigado! / **Marcos Antonio Mansor:** — Boa tarde a todos! Como é gostoso o exercício da democracia e como é bom podermos vir à tribuna, ocupar este espaço e emitir o nosso parecer. O Vereador Roberto Bastos colocou, com bastante propriedade, o seu desabafo, dentro da sua visão. Por isso é bom sermos independentes e termos essa postura, visto que é dessa forma que exercemos o nosso papel. Acho que V. Ex.^a está coberto de razão. Várias vezes eu cheguei aqui revoltado com algumas situações, e há coisas que revoltam mesmo, levando o vereador a ter essa postura. Neste momento, serei justo, porque, quando é hora de criticar, temos que criticar, mas também saber parabenizar quando for necessário. Reconheço que sempre fui muito firme no entendimento de que nenhum prefeito ou vereador será capaz de resolver todos os problemas de uma cidade do porte de Cachoeiro, que é complicada e apresenta vários desafios. Quem assume faz isso sabendo desses desafios e busca solucioná-los. Nessa minha independência, quando é para criticar, eu critico e quero ser justo quando for para parabenizar ou agradecer. Agradeço ao prefeito e parabenizo-o, porque, pela primeira vez em uma festividade de Cachoeiro de Itapemirim, o povo de Deus foi lembrado, e neste momento falo também como pastor. Na minha visão e na dos colegas religiosos, o Prefeito Carlos Casteglione foi muito feliz pela inclusão do movimento gospel na festa de Cachoeiro e com participação efetiva, não apenas fazendo aquela pontinha, valorizando o povo de Deus. Desafio o Vereador Gildo Abreu, pois, contra as vinte mil pessoas que,

segundo ele, estarão no show do Michel Teló, amanhã bem mais prestigiarão a apresentação do Ministério Diante do Trono. Estamos aguardando, com muita expectativa, pelo menos o dobro dessa quantidade de pessoas. Parabenizo o Prefeito Casteglione por essa lembrança e por entender que o povo de Deus é cidadão, paga seus impostos e tem os mesmos direitos de participar dessa festa. Acho que ele acertou em cheio. Parabenizo o prefeito também pela sensibilidade que teve ao fazer parceria com o sistema OCB SESCOOP, juntamente com as cooperativas de Cachoeiro, para revitalizar a corrida de São Pedro, que ocorrerá no domingo, dia três. É uma corrida tradicional de rua e que está ganhando um reforço muito grande com a participação do cooperativismo, inclusive essa corrida marcará a grande comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo aqui no Município. Cachoeiro participará dessa moção internacional, através dessa corrida. Se o meu joelho estivesse melhor, eu até correria uns cinco quilômetros, mas quem sabe não fica para a próxima? Treinando, podemos chegar lá. Parabenizo o prefeito por essa iniciativa e convido os colegas e a população para participarem dessa grande corrida, que será também uma comemoração. No ano que vem, a proposta é haver participação até internacional; então, vamos treinar que os quenianos estão vindo aí. Também parabenizo o prefeito pela transparência, mostrando os dois milhões de reais que chegaram para o Programa Nosso Bairro e que serão utilizados no segundo semestre. Esse é um convênio que estava agarrado há muito tempo e, graças a Deus, o dinheiro já chegou, tendo o prefeito nos comunicado isso oficialmente. O prefeito já aplicará essa verba nos bairros, a partir de agosto, se Deus quiser. Comentarei sobre um projeto de lei, que é de minha autoria, que está tramitando na Casa e chegará aos vereadores, inclusive peço um pouco mais de celeridade nesse processo. O projeto estabelece a prioridade de tramitação para os processos e procedimentos administrativos protocolados por pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos, ou seja, quem tiver sessenta anos ou mais terá prioridade no atendimento em protocolos e em números e passará na frente nas repartições públicas. Se há alguma pendência ou alguma causa de alguém que já tenha essa idade, ela terá prioridade para que o processo passe na frente dos demais, já que essas pessoas não podem esperar. Às vezes, notamos essa prioridade em repartições públicas, o que já acontece nas filas de bancos e de outros tantos lugares. Vamos também trazer essa proposta ao nosso Município para que os processos e o atendimento a pessoas com mais de sessenta anos de idade sejam acelerados e priorizados, através do Projeto Caminhando. Também quero convidar os colegas, em nome da Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo, para que participem da assembleia da Coop Serrana, que acontecerá no próximo dia dois, no Unimed Hall. Seria muito importante a presença dos colegas nesse evento, demonstrando apoio ao cooperativismo nesta cidade e a essa cooperativa, que é tão bem vista. Senhores, a polícia continua fazendo limpeza nos morros do Rio de Janeiro, inclusive o da Mangueira e outros menores foram tomados, o que significa mais bandidos soltos aqui, visto que é o nosso Estado que vem recebendo essa população indesejada. Peço que as polícias fiquem atentas a isso, para que possamos trabalhar de maneira preventiva e bem contundente, dificultando que essa população se instale aqui. / **Apateando Gildo Abreu:** — Quero parabenizar a ação que a polícia empreendeu no Bairro Zumbi nesta semana, com apreensão de crack, maconha, dinheiro e armas. / **Marcos Antonio Mansor:** — Agora, quero abordar novamente a questão do Supremo Tribunal Federal, lamentando a posição desse órgão, que liberou a marcha da

maconha. Levantamos o tema até por questão ideológica e nos opusemos ao reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e, agora, como se não bastasse isso, esse Supremo Tribunal Federal também libera a marcha pela apologia ao uso da maconha. Diante disso, fico a pensar sobre a função desse Supremo Tribunal Federal e sobre os temas pertinentes que ele deveria dar importância relacionados aos direitos constitucionais que não estão sendo respeitados. Hoje mesmo vimos aqui a preocupação do Vereador Roberto Bastos com o setor de saúde, que eu considero um tema para que o Supremo discuta, já que a Constituição Federal prevê que cabe ao Estado oferecer atendimento à saúde, à educação, à segurança, ao transporte e à moradia. A nossa Nação tem problemas graves, com filas nos hospitais, e é esse tipo de responsabilização que o Supremo deveria exigir, mas, em vez disso, vem discutir e liberar a marcha da maconha?! Isso é brincadeira! Como cidadão, fico inseguro, porque o órgão que deveria ser o guardião da Constituição Federal está preocupado com uma questão que envolve a minoria, liberando um negócio tão sério, retirando um pilar, um muro de segurança da sociedade. O pior foram os comentários feitos por ministros do Supremo que me deixaram estarrecido, arrepiado. A ministra disse que a geração dela foi muito reprimida e que, agora, não poderiam mais reprimir. Isso é argumentação para ser feita por uma ministra do Supremo Tribunal Federal? Ela disse isso publicamente, e a televisão mostrou. Vamos sair de um extremo e partir para outro? Então, fico triste e preocupado ao ver que o Supremo Tribunal Federal prestou mais um desserviço à Nação. Esse foi mais um malefício, uma decisão nefasta, negativa, pejorativa, que vem na contramão dos interesses da nossa sociedade. Enquanto isso, o Congresso Nacional monta comissões e mais comissões para ver o que pode ser feito quanto ao enfrentamento às drogas, que se tornou uma desgraça, basta ver que o crack hoje é a maior epidemia. Estamos vendo que um dos piores problemas de saúde da nossa Nação é o crack e agora também o oxi; portanto, o Supremo de fato veio na contramão dos interesses da sociedade. / **Aparteando Roberto Barbosa Bastos:** — V. Ex.^a tocou num assunto importante, porque, embora as pessoas digam que a maconha é inofensiva, há vários estudos médicos, demonstrando o aumento de incidência de doenças mentais ocasionadas pelo uso dela, que, sem dúvida, também é a porta de entrada para outras drogas. A pessoa começa usando maconha, vai para a cocaína e acaba no crack. A associação da maconha com a esquizofrenia, que é uma doença mental incurável, é muito grande. Como democrata, gosto de ouvir opiniões e ouvi a do Ronaldo Laranjeiras, que é uma das maiores autoridades em dependência química, afirmando categoricamente que a liberação da maconha será o maior crime a ser cometido contra a juventude do nosso país. Essa é a opinião de um liberal, de um especialista, e não de um religioso. Segundo ele, a maconha, que é tida como uma droga que causa alegria, é a porta de entrada para a cocaína, o crack, o oxi, o ecstasy e outras drogas sintéticas que estão entrando no mercado e que causam a morte. / **Marcos Antonio Mansor:** — Quero agradecer o aparte tão enriquecedor feito por V. Ex.^a. Com a liberação dessa marcha, que faz apologia ao uso da maconha, o Supremo, por tabela, oficializou escancaradamente o uso da cocaína, do crack, do oxi e de outras drogas em nossa Nação. Como V. Ex.^a bem disse, a maconha é a porta de entrada da desgraça, do submundo e da ruína da vida, que é essa caminhada nas drogas. Tenho uma posição que fica cada vez mais consolidada diante dessas atitudes do Supremo. Gostaria que temas de importância para a nossa sociedade, como a homofobia, o homossexualismo e

as drogas, fossem definidos por plebiscito, porque treze cabeças sentadas no Supremo não podem decidir por uma Nação inteira. Eles não podem se sentir os donos da verdade, achando-se deuses ou semideuses. Colocar esses temas para decisão da sociedade é algo constitucional. Ainda em relação ao Supremo, estou cada vez mais convicto de que precisa ser mudada a forma de assento naquelas cadeiras, inclusive os critérios constitucionais. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — O juiz que se negou a consumir aquele casamento já foi ameaçado de punição pelo Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, nos Estados Unidos, é permitido até que o juiz deixe de aplicar a lei, se considerá-la inconstitucional. Isso não tem que ser sujeito à punição de órgãos ou instância superior. Então, o juiz que agiu, talvez, do mesmo jeito que pensa a maioria da população brasileira está sujeito a receber uma repreensão do Supremo Tribunal Federal. / **Marcos Antonio Mansor:** — Por isso é que precisamos pensar em eleição para que aquelas cadeiras sejam ocupadas. Por que não os fazer enfrentar um processo eleitoral? Ficam registrados o meu protesto e minha revolta. Continuo pedindo que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil, guarde a nossa Nação e ilumine essas instâncias superiores do poder e tomadoras de decisão. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss:** — Boa tarde a todos! Quero dizer que a Família Abreu Braga, Abreu, de Bolívar de Abreu, e Braga, de Newton, está de volta à cidade e se fará presente no almoço, onde mais uma vez teremos uma homenagem à Cachoeirense Ausente Nº 1 deste ano, que é a Sra. Ana Braga. Como vereador, tive a satisfação de dar o título de Cachoeirense Ausente à Ana Maria Braga de Abreu Mendes, que foi casada com Astrogildo Mendes. Ela é filha da cachoeirense ausente deste ano e sobrinha de Newton Braga. Os senhores não podem imaginar a satisfação que ela teve, pois nasceu na Bolívia, porque, na época, quando o Dr. Bolívar, cunhado de Newton Braga, foi secretário de Saúde, o trabalho que realizou foi tão importante no Espírito Santo que a ONU, através da Organização Mundial de Saúde, o convidou para implantar esse sistema de medicina preventiva naquele país. Aí, ele se mudou para lá, junto com a Dona Ana, e naquele país nasceu a Ana Braga, que, agora, recebeu da Câmara o título de cachoeirense. Também ficou muito feliz o Adolfo Ramiro Terceiro, que recebeu o Título de Cidadania Cachoeirense, homenagem essa que teve grande repercussão na família dele. Para ele, foi realmente um orgulho ser cidadão cachoeirense. Além disso, homenageamos a Maria Salomé Freitas, irmã do Batata, advogada de longo anos, tendo sido casada com Mauro Costa, fundador da Casa de Saúde e presidente do Clube Caçadores. A Salomé tem um trabalho brilhante, inclusive foi presidente da OAB e, como não havia nascido em Cachoeiro, o título de cidadania para ela foi muito importante. Homenageamos também a viúva do Luciano Fuzér, que foi um grande líder tanto estudantil como político. Quero cumprimentar também a secretária de Cultura e sua equipe, que preparou aquela obra fantástica, que foi o livro sobre os sessenta e sete cachoeirenses ausentes, com o histórico de cada um, desde Heráclides Gonçalves, Trófanos Ramos, e daí para frente foi uma sucessão de cachoeirenses que voltaram a esta cidade para serem homenageados no dia da festa criada por Newton, em 1939, e o título criado por ele, em 1942, quando o então Heráclides Gonçalves foi o primeiro cachoeirense ausente. Lembro que não é necessário ser intelectual, artista ou rico para ser cachoeirense ausente, pois o que Newton queria era alguém que amasse esta cidade e que tivesse elevado o nome do Município em qualquer atividade, seja econômica, social, etc. Nós tivemos aqui cantores, cineasta e jogador de

futebol, como o Jair Bala, que, quando todos esperavam o milésimo gol de Pelé, foi ele quem marcou, frustrando a torcida baiana. Quando Pelé fez seu milésimo gol no Maracanã, quem entrou no lugar dele foi exatamente o Jair Bala, que era um cachoeirense que jogou no Atlético Mineiro. Tivemos tantos outros cachoeirenses, a exemplo do Menininho, que honraram o nome de Cachoeiro. Esse livro álbum resgata muito da memória de Cachoeiro, porque a história dessas pessoas se confunde com a própria história do Município, de 1940 para cá. Quero dizer que também fiquei feliz quando vi aquela placa numa obra de cento e quarenta mil reais para recuperar a Casa da Memória. Há recurso do Governo do Estado lá, e eu vou acompanhar a obra, porque tenho a esperança de que, naquele espaço, venha nascer o museu de Cachoeiro, onde se guardará tudo o que está solto por aí. Outro dia mesmo eu disse aqui que estive em uma cidade da Inglaterra, Stratford Opus Neder, onde nasceu Shakespeare, que todos os dias recebe quarenta ônibus que saem de Londres, levando mil e seiscentas pessoas para visitá-la por ser um local turístico. O resgate da memória de Cachoeiro poderá ser de grande valor para a cidade. Vou acompanhar a obra do resgate da Casa da Memória, entendendo que o dinheiro aplicado lá é necessário, diante da possibilidade de ter naquele local um museu; caso contrário, perderemos tudo. Há construções em Cachoeiro com placas na frente, escondendo uma arquitetura, desde a Belle Époque, em 1820. Eu sonho com Cachoeiro melhor do que Marrakesh, com uma saúde maravilhosa. Sonho, por exemplo, com a sede do governo instalada naquele platô da Viação Itapemirim, lá em cima. Sei que aquilo pertence a Camilo Cola, mas a área seria maravilhosa para abrigar todo o complexo administrativo de Cachoeiro de Itapemirim. Sonho com uma Cachoeiro que não tenha problema em área nenhuma, seja de saúde ou educação. Considero que esta cidade, citada aqui pelo Vereador Roberto Bastos, seja aquela que eu gostaria de morar com os meus netos. Lembrei-me até de Platão quanto à cidade chamada Utopia, que estava fechada a qualquer estrangeiro. Tratava-se de uma ilha, onde não havia a placa: “Seja bem-vindo” para os estrangeiros. Isso, para não a alterar, já que havia lá uma população fixa. Quem não quer ver Cachoeiro melhor? O histórico de festa na cidade é antigo, já tivemos muitos shows aqui, inclusive prefeitos se notabilizaram por trazer grandes shows que custaram fortunas para a prefeitura; portanto, isso não é uma criação do Prefeito Carlos Casteglione. O que aprecio é o fato de que ele tem trazido coisas com mais valor cultural, diferente daqueles que contratavam artistas por duzentos mil reais, que ainda exigiam camarim de primeira qualidade. Então, eu acho que devemos sim trazer atrações, porque não é um dinheiro jogado fora, mas que se faça outras coisas, de maneira a que fique na cidade a marca dessas pessoas. É a mesma coisa que chamar aqui um time de futebol que cobra um cachê altíssimo, mas a população quer ver. Eu não estou dizendo que a população quer pão e circo, mas a história de Cachoeiro é de muitas festas, e o forte delas é a contratação de cantores famosos. A festa deste ano teve um alcance muito grande, porque atingiu vários setores, embora o futebol tenha ficado um pouco de lado, até porque o Estrela não está bom. Mesmo assim, tivemos um jogo de veteranos entre o Estrela e o Cachoeiro, com um desfile de craques, que contou com a presença de pelo menor três ou quatro cachoeirenses presentes. O vereador lembrou a respeito das igrejas católicas e evangélicas, que participaram ativamente da festa, e é assim que tem que ser. Houve a festividade da Praça Vermelha, e o desfile escolar estará eivado de caráter cultural, pois mostrará escritores importantes da cultura brasileira. A programação da festa foi bem

elaborada, com destaque para o lançamento do livro álbum, com sessenta e sete cachoeirenses e suas histórias. Dou destaque também à necessidade que temos de preservar aquilo que faz parte da nossa memória, com a recuperação dos valores culturais. Há obras que devem ser lidas, pois mostram a pujança de Cachoeiro de Itapemirim nos anos 20 e 30. Estou finalizando a escrita de um resumo histórico de Cachoeiro, enriquecido com os prédios que aqui estão, para que os senhores vejam que, em determinada época, isto aqui parecia uma Meca, com um crescimento em todos os sentidos, basta ver que bancos vieram para cá e a Empresa de Navegação Aérea Brasileira, ANAB. Cachoeiro precisa voltar a esse tempo. Quando eu ouço falar do saudosismo, acho que ele pode servir para um fortalecimento, de maneira a que voltemos a ter aquela cidade que todo cachoeirense quer e precisa. Como eu já disse aqui, Cachoeiro é uma cidade muito respeitada por aí afora, pelo que representa; por isso, vejo que a Câmara pode prestar um grande serviço para a recuperação deste Município. É preciso lembrar sobre a necessidade de se pensar na nova Cachoeiro, pegando-se as seis saídas. Eu estava vendo a biografia do Ari Garcia Rosa, um cachoeirense que fez o primeiro plano diretor, e vi que, como pessoa brilhante, ele planejou o crescimento para a Safra, e não para o BNH. Cachoeiro deveria ter crescido para o lado da BR 101, e não para o BNH. Nada impede que Cachoeiro tenha seus seis pontos de crescimento. É nessa nova Cachoeiro que a Câmara tem que começar a pensar e convocar audiências e assembleias com esse objetivo. Muito obrigado! / **Wilson Dilem dos Santos:** — Boa tarde a todos! Comentarei sobre um ofício da nossa querida Ângela Boreli, através do qual ela formaliza a doação ao Município de Cachoeiro de Itapemirim de uma escultura de sua autoria do nosso principal representante, não somente no Brasil, mas também fora do país, que é o cantor Roberto Carlos. Gostaria que, ainda nesta semana, o Município pudesse receber essa escultura, o que não é nada mais do que justo, já que, segundo ela, esse foi um trabalho de mil e tantos dias, e não faz sentido deixá-lo abandonado ou levá-lo para outro Município distante de nossa terra. Essa doação está sendo feita de coração aberto por essa pessoa que foi reconhecida em nível nacional como uma das maiores e melhores artistas escultoras do nosso país. Lamentavelmente, ela está voltando para o seu Estado de origem, que é São Paulo, por falta de apoio por parte das nossas administrações. Falo de uma forma geral, porque não posso acusar A, B, C ou D, já que não sei o que realmente aconteceu ao longo desses anos. Essa é uma perda enorme para o Município, uma vez que, assim como colocou o Vereador David Lóss, devemos cuidar de modo preferencial da cultura de Cachoeiro de Itapemirim. A arte é uma parte da cultura que os artesãos cuidam com muito carinho por terem o privilégio de possuírem os conhecimentos artísticos e técnicos; portanto, é triste vê-los deixando uma cidade por falta de apoio. Acompanho a caminhada da Sra. Ângela Boreli e do Sr. Valdieri desde 1989, a mendigar ao poder público do nosso Município apoio moral, financeiro e ético para a sua sustentabilidade. Na época, fizemos um projeto de nome Pró-Arte, que deveria ter sido acolhido pelas administrações anteriores, desde 1989, mas nada foi feito para dar prosseguimento e descobrir novos artistas cachoeirenses. Existem muitas pessoas talentosas neste Município e que poderiam ser aproveitadas, através de artistas como a Sra. Ângela Boreli e o Sr. Valdieri, que vão deixar Cachoeiro por falta de apoio. Não sou especialista em cultura, seja a educacional ou artística, como V. Ex.^a, David Lóss, mas, como possuo no seio da minha família e dos meus amigos grandes valores que prestam serviços a Cachoeiro, não posso ficar alheio a essas

questões referentes ao reconhecimento de que precisamos ser pelo menos adeptos ao que é bom para Cachoeiro. Deixo o meu registro, de forma a lamentar essa proposta de saída de Ângela Boreli de Cachoeiro de Itapemirim. / **Aparteando Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — O senhor está repleto de razão. Eu e o Vereador Léo fomos até lá, porque era um projeto do Legislativo, que tenho certeza que dará certo. Além de fazer a rampa para a acessibilidade, nosso objetivo é viabilizar essa escultura do Rei Roberto Carlos; entretanto, para a Câmara comprá-la é complicado. Hoje a Sra. Ângela esteve aqui em uma reunião conosco, e encontrarei uma solução para ela. Entrarei em contato com dois ou três empresários, porque foram muitas horas de serviço, e acho que todo trabalho deve ser remunerado. Essa atitude que ela teve foi a coisa mais linda que alguém pode imaginar de um artista. Estando com ela mais cedo e olhando pelo outro lado, ofereci-me para tentar uma solução junto a alguns empresários. Dessa forma, realizaríamos um projeto desta Casa. Na segunda-feira, encontrarei com três empresários para que possamos dar valor ao trabalho daquela senhora e daquele senhor que tanto fizeram e ainda fazem por Cachoeiro. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Reporto-me aos senhores vereadores, de forma respeitosa, para dizer que, como líder do Prefeito Carlos Casteglione, faço sempre a minha inscrição na penúltima linha de assinaturas, porque o Vereador Amaral antecede a minha chegada, assinando por último, exatamente esperando algum posicionamento ou discurso importante, inclusive ele contribui com suas falas em prol da nossa sociedade. A minha rotina é aguardar o pronunciamento de todos os vereadores, enquanto faço as minhas anotações quanto ao que foi dito, de forma a ter condições de vir à tribuna e mostrar o que é de meu conhecimento, valorizando alguns pontos destacados pelos vereadores da situação e da oposição. Quando o Vereador Fábio Mendes Glória questionou que ele não se colocava como líder, digo-lhe que todos nós temos potencial e condições de, com a consciência tranquila e dentro do que realmente nos faz bem, vir à tribuna da Câmara para defender, questionar, reprovar e aprovar, ou seja, há liberdade de expressão para qualquer tipo de posicionamento, o que é regimental. Fico grato quando um vereador vem à tribuna da Câmara e antecipa um debate junto a outro colega que se mostra de oposição, às vezes momentaneamente ou de forma radical. Só tenho que agradecer aos vereadores quando surge essa possibilidade de discutir e clarear uma situação, porque fico esperando para dar uma resposta, mas muitas delas são colocadas com transparência e até melhor do que eu faria. Em cima da especialidade e do conhecimento de cada um, com certeza há uma forma de melhorar ou adequar uma resposta a um vereador de oposição. Quero informar aos ouvintes da rádio que o papel do vereador de oposição é condenar ou atrair para si uma atenção, de maneira diferente ou distorcida da realidade. É muito mais fácil atacar, muito mais simples atirar pedras e apontar falhas. Tenho um jeito diferente, porque não faço muitos elogios àquilo que eu acho que é obrigação. Farei o que me couber, pois esse é o meu papel como legislador; agora, o que couber ao chefe do Poder Executivo é ele quem deve fazer, já que foi eleito para isso, ou seja, para executar obras, cuidar da saúde e da educação. Procuro evitar esse tipo de discurso, mas não posso ficar limitado a ouvir ataques direcionados a A, B ou C e não dar uma resposta. O Vereador Gildo Abreu se manifestou claramente, e o Vereador Marcos Mansor agradeceu ao prefeito por uma série de investimentos, parabenizando-o pelo evento gospel em Cachoeiro. Embora eu não seja especialista, discordo de algumas falas do Vereador Roberto Bastos quando ele atingiu os

investimentos à cultura e em obras que foram enjeitadas por todos os que antecederam o Carlos Casteglione, sendo realizadas somente agora. Como já foi colocado pelo Vereador Gildo Abreu, é muito fácil construir um prédio de cinco milhões de reais em ano eleitoral, em véspera de eleição, juntar de cinco a dez mil pessoas, num movimento em nível de Sul de Estado, porque a proposta era para atender essa região, sem que até hoje nenhum equipamento tenha sido colocado lá. Inclusive o prédio foi apelidado pelo Deputado Federal Camilo Cola de elefante branco, e a situação demonstra que o apelido foi acertado. Construir é muito fácil, mas quero ver a coragem para equipar, colocar em funcionamento e fazer a manutenção ao longo de quatro anos, com possibilidade de oito anos. Tudo é tratado com prioridade, rigorosidade e critérios, sempre com base orçamentária. O nosso orçamento para a saúde é de 15%, ou seja, é constitucional, assim como a verba da educação é fixada em 25%. O orçamento pode ser aumentado para 16%? Pode, claro. A autorização que nós demos para o remanejamento das verbas do orçamento é exatamente para isso, mas não podemos abandonar Cachoeiro. Quem acompanha a mídia, de uma forma geral, vê que o ponto mais criticado em nível de administração federal, estadual e municipal é a saúde, porque é do que mais precisamos. Se nós não tivermos uma boa estrutura no Município, no Estado e na Federação, com recursos bem alocados, bem trabalhados e administrados, não chegaremos a lugar nenhum. Cachoeiro de Itapemirim é diferente. Temos uma secretária de Saúde que é exemplo no Estado. Quando se falou do índice de mortalidade infantil, o Vereador Fábio Mendes Glória foi categórico na sua posição. Nem sempre depende do prefeito, e foi essa a afirmação feita aqui. Nem sempre depende da secretária, do médico que está atendendo ou do paciente. Essa questão tem que ser avaliada de uma forma bem criteriosa e justa, para não atacarmos ou desmerecermos aqueles que realmente estão trabalhando por Cachoeiro de Itapemirim. Alguns casos podem acontecer, assim como 2009 foi um exemplo; 2010 apresentou um aumento, e no ano que vem pode cair em menos três, quatro ou cinco percentuais, visto que diversos atores estão envolvidos nesse caso, e não apenas o poder público. Vemos governos no Norte e no Nordeste do Estado à procura de profissionais da área de saúde, implorando para que eles cheguem a essas regiões. Em São Paulo, o maior centro urbanístico e industrial do país, e em seus Municípios adjacentes, vemos a falta de profissionais. É por causa de salário? Não só por causa disso, como também por conta das especialidades, que não estão correspondendo às carências, e muitas vezes devido a interesses pessoais. Algumas pessoas estão buscando especialidades onde a renda é maior, esquecendo o atendimento na ponta, e é esse o caso do pré-natal de Cachoeiro. Esses ataques são simples e fáceis; porém, precisamos construir projetos. As críticas podem ocorrer, mas devem vir com soluções, com sugestões palpáveis, e não teóricas ou abstratas. Se quisesse soltar no ar de qualquer jeito e jogar bomba para todo lado, eu seria o rei da cocada preta, mas não quero isso, pois desejo caminhar com os pés no chão e com ilustrações. Não tenho tanto conhecimento de causa na área de saúde, pois essa não é a minha especialidade. Aproveito a oportunidade para convidar a Secretária de Saúde para que traga esclarecimentos melhores e convincentes e que faça um relato da real situação da saúde em Cachoeiro de Itapemirim. /

Aparteando David Alberto Lóss: — Eu disse que queria ler o relatório, porque tenho certeza de que ele contém uma série de informações, e certamente o Vereador Roberto Bastos pegou apenas uma parte para embasar a sua fala. Se Cachoeiro investir 60% da sua

arrecadação, não resolverá o problema de saúde. A prova mais evidente é que os planos de saúde privados, que são válidos no Brasil, cresceram à sombra da ineficiência da saúde pública em todo o país. Os planos de saúde não são privilégios de Cachoeiro, e sim de todo o país. Saúde é algo caro e, às vezes, há o salário para pagar, mas falta médico para trabalhar. Acho interessante a presença da secretária da Saúde aqui, até para que ela faça uma análise ao vivo do relatório, para que possamos tirar nossas dúvidas. Não é possível que ela tenha estado todo esse tempo lá e só tenha atrapalhado a saúde em Cachoeiro. Pelo o que conheço da Márcia, eu não acredito nisso. / **Wilson Dille dos Santos:** — Presidente, parabênzo V. Ex.^a, todos os vereadores e o pessoal do cerimonial, na pessoa da Vânia, por aquela excelente festa realizada no Jaraguá Tênis Clube, onde tivemos uma verdadeira confraternização entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a nossa sociedade. Aquele foi o momento em que tivemos a oportunidade de encontrar os nossos escolhidos para dar um abraço verdadeiro, por meio das nossas justas homenagens. Parabênzo a cachoeirense ausente, que ainda está na cidade, inclusive perdemos uma grande oportunidade de trazê-la à Câmara Municipal. Meus parabéns também ao nosso Cachoeirense Presente, o Juarez Tavares Mata, que foi uma homenagem merecida por tudo o que ele fez, não só pelo Poder Legislativo, mas por Cachoeiro, num relacionamento de amizade jamais visto na história deste Município. Digo isso tendo sido filho de um político, pois jamais vi na história de Cachoeiro alguém como o Juarez Tavares Mata, que se relaciona muito bem com a alta sociedade, com a classe média e especialmente com as camadas menos privilegiadas, ou seja, com aqueles que tanto necessitam do apoio do Poder Legislativo. Na minha visão e sem medo de errar, o Juarez é o melhor cachoeirense presente de todos os tempos. Parabéns ao Legislativo, a Cachoeiro e a você, Vânia, pela organização e pela forma elegante, respeitosa e diplomática com que convive conosco, com seus colegas de trabalho e com a sociedade! Muito obrigado! / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Boa tarde a todos! Hoje, mesmo que passe meio despercebido, votaremos um projeto muito importante. Ele facilitará a vida das pessoas que sonham em abrir seu próprio negócio, que é justamente o pequeno empresário ou o micro empreendedor. Esse projeto de lei é de iniciativa do Poder Executivo e trará muitos benefícios para aquelas pessoas que estão começando sua labuta em seu primeiro negócio. Nós podemos colocar a aprovação desse projeto como uma forma de incentivo do Poder Legislativo, pois o mesmo será votado o mais rápido possível, de maneira a beneficiar muitas pessoas. Às vezes, reclamamos do esvaziamento econômico que ocorre em nossa cidade e no Sul do Estado, assim como o Presidente Júlio muito bem disse em nossa sessão solene e festiva. Ele teve o discernimento de voltar a falar sobre esse assunto hoje, pois o que é dito em momentos festivos, muitas vezes, fica como algo passageiro. Ele cumpriu o seu papel quando tratou do momento em que o Sul do Espírito Santo atravessa, principalmente o nosso Município. Parabênzo-o, presidente, por ter defendido o trabalho do vereador, pois, dessa forma, todos os nossos convidados ficaram sabendo o que estamos fazendo e dos esforços incansáveis que empreendemos. Nossos convidados, além de se sentirem honrados com as homenagens recebidas, também ficaram felizes em saber que os vereadores zelam pela cidade. Todos nós estamos de parabéns pela postura que mantivemos, pela escolha dos nossos homenageados e pelo trabalho que estamos desenvolvendo aqui nesta Casa, o que foi muito bem descrito pelo Presidente Júlio naquela noite. Dentro desse sentimento, quero dizer que

há muito tempo não se via uma Festa de Cachoeiro como essa e, pegando carona no que disse o Professor David, essa é uma festividade que tem que agradar a gregos e a troianos. Até a Elke Maravilha esteve na nossa festa da Câmara e na de Cachoeiro. Eu, quando era pequeno, assistia ao programa do Chacrinha e ficava contente com a presença dessa artista, que me alegrava nas jovens tardes de sábado. O Chacrinha foi um dos maiores vascaínos que já passaram pelo Brasil e que tanto honrou este país com seu divertimento sadio. A chacetes não tinham nenhuma indecência, não sei se estou enganado, mas elas eram bem mais comportadas do que as mulheres de hoje. / **Aparteando Marcos Antonio Mansor:** — Pastor não mexe com chacrete, não. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Mas isso ocorreu há trinta anos e, na época, o senhor ainda era criança. As chacetes eram bem mais comportadas, e não havia essas indecências como as que vemos hoje. O presidente, nós, vereadores, nossa cerimonialista Vânia, a cerimonialista da prefeitura e o próprio prefeito municipal estamos de parabéns por produzirem uma festa tão eclética que agradou a gregos e a troianos, a católicos e a protestantes, a vândalos e visigodos, ou seja, a todos. Lembrome de que, às vezes, reclamamos do gasto de dinheiro com festas, mas, quando eu ainda era jovem, ia à Avenida Beira Rio para o Caxueiraço. O prefeito dá época batia no peito e perguntava se nós tínhamos gostado; se a resposta fosse positiva, no outro dia, os artistas eram recontratados, sem ter pregão, não importando o quanto o show custasse. Nunca vi ninguém reclamar de nada. A Banda Oásis morava em Cachoeiro, o Zé Paulo tinha uma casa no Bairro Zumbi, porque ele só vivia naquela redondeza tocando e cantando direto, direto. Havia shows do Netinho, da Banda Eva, do Araketu, e ninguém reclamava. Agora, com uma festa comedida, produzida pelo atual prefeito, as pessoas estão reclamando. Podemos pedir a nossa secretária de Cultura para que, na próxima sessão, traga os valores que foram gastos com essa festa, e posso afirmar que não haverá nada de estratosférico nesses números. Nós sabemos que as atrações que vieram são boas, mas que não estão no olho do furacão da mídia neste momento. Talvez, o que mais esteja nesse patamar é o cantor, que eu pouco conheço, chamado Michel Teló. É uma daquelas atrações instantâneas; vamos aproveitar para ver o Michel Teló, porque logo ele não estará mais na mídia. Ele não é um Toquinho, que há cinquenta anos faz shows, nem Ney Matogrosso nem os Ministérios de Adoração que vieram e que estão há anos na estrada. Amanhã, teremos o Ministério Diante do Trono, que tem uma história riquíssima no meio evangélico e do não evangélico, e podem ter certeza de que o show deles será prestigiado por pessoas de várias denominações religiosas. Sabemos que grandes problemas que ocorreram durante a história foram cometidos em nome de Deus, mas Ele nem foi consultado para saber se estava interessado em fazer uma cruzada, assim como aquela que ocorreu na Idade Média, para empurrar de goela abaixo, de qualquer forma, uma suposta vontade Daquele que nos criou. Nos maiores crimes da humanidade, colocaram a culpa em cima Daquele que nos criou, que nos protege e que é contra a guerra. Inclusive, há um livro que nos diz que, quando a guerra acontece, Deus sai de cena, porque Ele contra ela e a favor da vida e do amor. O maior mandamento de Deus é amar ao próximo como a ti mesmo, assim como Ele nos ama. Deus é contra qualquer tipo de violência, quanto a qualquer tipo de coisa que não faça o amor crescer. Então, o criador está fora de qualquer guerra; por isso, essa festa não é para criar guerra, e sim para que, com civilidade, as pessoas possam se divertir e celebrar a vida do nosso Deus, assim como nós vamos fazer, fechando a festa com uma belíssima

apresentação do Ministério Diante do Trono. Peço, senhor presidente, que essas coisas boas voltem a acontecer, porque nós, às vezes, não nos entendemos, a festa da Câmara vai chegando e, empolgados, queremos homenagear os grandes e ilustres cachoeirenses, que fazem esta cidade crescer. Nós podemos diluir essas homenagens no decorrer do ano, com a nossa cerimonialista e a pouca equipe que ela tem. Quero até dizer que foi uma das melhores festas da Câmara em relação à festa de Cachoeiro que já houve, e isso não sou eu quem está dizendo, e sim pessoas de fora. Essa festa foi realizada com menos orçamento e com menor equipe, sendo que na reforma administrativa iniciada pelo nosso ex-presidente David Lóss e que o atual presidente vem completando, com a chamada dos efetivos, o salário da nossa cerimonialista foi o que mais caiu. Mesmo assim, ela, com toda a sua eficiência, capacidade e com o companheirismo de outros funcionários, fez aquela belíssima festa. Então, temos que dizer isso, porque faz parte das situações que vivemos no cotidiano. Parabéns também a todos os voluntários e parceiros que ajudaram para que a festa saísse em tão grande estilo e agradando a muitas cabeças que pensam diferente, assim como a minha, que algumas vezes não entende certos quesitos. A festa de Cachoeiro é plural, democrática e, amanhã, ainda teremos nosso desfile cívico escolar. Desde que o Prefeito Casteglione assumiu a administração junto com a Secretária de Educação, a Maria Deuceni, o nosso desfile escolar tem começo, meio e fim. Agora, para que o desfile aconteça, há um enredo, uma história para contar, enquanto antes era um samba que atravessava a avenida e esbarrava com um rock in roll. Muita gente saía sem entender qual era a dinâmica do desfile e, agora, há esse início. As escolas contam a sua história. Amanhã, elas homenagearão os profissionais da imprensa. Nós também votaremos hoje o parecer do Tribunal de Contas referente ao Processo 2637/2010, que é a prestação de contas da nossa prefeitura. O parecer do Tribunal recomenda a aprovação das contas por esta Casa. O Vereador Roberto Bastos não se encontra neste momento, mas eu gostaria de dizer que a problemática da saúde encontra-se enraizada, como muito bem disseram nossos Vereadores Gildo, David e Wilson. É uma coisa que enferrujou certas estruturas e, além do mais, há complicações que ocorrem devido à corrupção que existiu, a exemplo do que se viu na CEI dos Remédios. Essa comissão especial mostrou não só evidências, como conclusões que, como diz um amigo meu, foram iguais a batom na cueca. É aquilo que as pessoas negam, mas que, depois, a corrupção é comprovada, através de documentos. É por isso que a saúde vai sofrendo. Em Cachoeiro, se não existisse o elefante branco, como disse nosso soldado da 2ª Guerra Mundial e hoje Deputado Federal Camilo Cola, a situação da saúde materno-infantil seria muito melhor. Inclusive, nós fizemos uma CEI para tratar especificamente desse assunto. Concluímos que o ex-prefeito Ferraço não fez o que deveria e que o ex-prefeito Valadão foi omissivo ao pegar o dinheiro que era para ser usado na obra, diluindo-o na conta geral da prefeitura. Não se comprova isso, mas todo mundo vê, porque é limpo e cristalino. Nós não pudemos comprovar de forma veemente e fomos criticados por isso. Disseram: “Você não disse a que veio.” “Você não falou se fizeram isso ou aquilo.” O que nós comprovamos sobre o hospital do Aquidaban é que se deixou de fazer muita coisa e não investiram na realização de uma obra de primeira linha para aquele lugar. Hoje, a situação realmente é caótica, e eu não tenho medo de dizer que, dos últimos prefeitos, o único que não pode ser culpado é o Casteglione, porque, desde o primeiro dia que se assentou no trono do Palácio Bernardino Monteiro, não sossega e não para. Tenho dito que

embaixo do travesseiro do prefeito há sempre algo falando sobre o hospital do Aquidaban, e eu creio que o maior desafio para ele é colocar aquilo lá em funcionamento. Muitas vezes o nosso prefeito foi a Brasília para tratar especificamente desse tema. Os nossos colegas David e Júlio Ferrari sabem desse assunto, e, às vezes, essas viagens foram feitas na companhia de alguns vereadores. Se a situação está caótica, muito se deve à ingerência, à incompetência e aos desmandos dos governantes que passaram por aqui, antes de 2009. Felizmente, agora, a cultura política está demonstrando que é preciso ter responsabilidade para gerir o dinheiro público. Como bem disse o Vereador Wilson, eu não vou fazer outros elefantes brancos para eleger ninguém apenas por saber que o povo gosta de ser enganado. Para que os senhores tenham uma noção, fui ao Bairro Vila Rica fazer uma visita ao ex-vereador desta Casa, o Túlio, do SAAE, que é tio da minha esposa, e pude notar que na rua dele só há valetas. Disse-lhe que aquela não era para ser a rua de um ex-vereador, ao que ele me respondeu que a via já tinha inclusive sido asfaltada. Para mim, estava parecendo estrada de roça, mas o fato é que naquele lugar fizeram o famoso asfalto de um e noventa e nove. Isso é uma vergonha, a qual Cachoeiro não suporta mais. Aí é que está nossa responsabilidade para lidar com esse tipo de coisa. Muito obrigado! / **Júlio César Ferrari Cecotti:** — Boa tarde a todos! Agradeço a Deus por este momento e por esta tarde de trabalho. Como eu disse na sessão solene, o vereador tem o poder de legislar, de fiscalizar e de fazer indicações, e a todo o momento temos que expor para a população qual é o nosso verdadeiro trabalho. Agradeço a todos os vereadores, aos funcionários efetivos e comissionados desta Casa de Leis, à Vânia, pela luta, pela garra e por nossas discussões, à Olga, ao Quinho, à Jackeline, à Ludmila, aos nossos estagiários, ao motorista Alan e aos procuradores da Câmara, que são a Dra. Ângela e o Dr. Gustavo. A festa da Câmara foi a soma do esforço de toda a Casa, ou seja, de seus funcionários e vereadores. Como disse o Vereador Léo, tivemos algumas falhas, mas, no decorrer deste ano e no próximo, reduziremos o tempo para não ficar uma sessão demorada e para que os homenageados e os funcionários da Casa possam curtir a festa. Foi nesse ponto que erramos; porém, vamos acertar da próxima vez. Peço à Vânia que venha até aqui, porque iremos homenageá-la e, em nome dela, a todos os vereadores e funcionários desta Casa. É um buquê de flores do coração, e que cada pétala seja extensiva aos funcionários. Isso significa o suor de quem quis que desse certo, e deu. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Presidente, gostaria de quebrar o protocolo e pedir uma salva de palmas para a homenageada e a todos do cerimonial. / **Júlio César Ferrari Cecotti:** — O sucesso é de toda a Casa. Não poderia deixar de comentar o encontro que a Forte Sul e todos os presidentes de Câmara do Sul do Estado tiveram com o Governador Renato Casagrande, onde levei pedidos assinados pelos vereadores desta Casa de Leis. Gostaria que o Vereador Alexandre Bastos, do PSB, estivesse aqui me ouvindo. Elogio o Governador Renato Casagrande pela atitude em ter convidado todos os presidentes de Câmara do Sul do Estado, inclusive, posteriormente, convidará os vereadores dessa mesma região. No pedido, que foi assinado por todos nós, reivindicamos um hospital bancado pelo Estado. Na segurança, pedimos um aumento do efetivo, inclusive ele, muito preocupado com a saúde e com a segurança, enviará para cá mais detetives e, logo depois, aumentará o efetivo do Sul do Estado, principalmente em Cachoeiro de Itapemirim. Um grande passo que surgiu dentro desta Casa foi o pedido de incentivo fiscal, porque, nesse ponto, o Sul do Estado e Cachoeiro de Itapemirim pecam.

Não tenho nada contra o Norte do Estado, mas aquela região está crescendo a cada dia, e quem conhece Linhares, São Mateus e Nova Venécia sabe bem disso. A todo o momento novas empresas chegam lá, enquanto Cachoeiro está minguando. Essa é a preocupação dos vereadores desta Casa de Leis. O governador, ao olhar os nossos pedidos, disse que os avaliará com o coração, e eu acredito nisso. A população de Cachoeiro de Itapemirim está crescendo todos os dias, e há muitos desempregados. Ninguém vem até aqui pedir nada além de um emprego, mas, para isso, só existe uma solução, que é pelo menos empatar com o Norte do Estado, onde há recursos da SUDENE. Quem ama Cachoeiro se preocupa com isso. Tenho certeza de que a luta está apenas começando, e, lá na frente, poderemos vibrar e nos alegrar com o incentivo fiscal que chegará ao Sul do Estado, equiparando nossa região ao Norte. Agradeço mais uma vez aos vereadores e às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Agradeço aos colegas pelos dois projetos que serão votados hoje. Quando eu falo de vereadores que lutam pelo povo, sei que aqui dentro posso encontrá-los, pois os meus colegas querem ver dias melhores para a população de Cachoeiro. Um desses projetos dispõe sobre a obrigatoriedade de realizar o teste da orelhinha gratuitamente nos hospitais e maternidades públicas e privadas de Cachoeiro, constituindo-se em mais uma ferramenta jurídica da eficácia municipal, que funciona como uma contribuição à luta para reverter o descaso com a saúde de nossos recém-nascidos. O teste da orelhinha é algo fundamental para o bebê, já que os problemas auditivos afetam a qualidade de vida das crianças, interferindo no processo da fala, entre muitas outras coisas. Portanto, estamos ouvindo o clamor público e fazendo valer a Lei Federal 12.303, de 02 de agosto de 2010, haja vista que a audição é um dos sentidos mais importantes para o desenvolvimento completo da criança. Qualquer perda na capacidade auditiva, mesmo que pequena, impede que a criança receba adequadamente as informações sonoras essenciais à aquisição da linguagem e do aprendizado. O exame acontece logo que a criança nasce, sendo imprescindível aos bebês, principalmente àqueles que apresentam algum problema auditivo. O outro projeto é o teste do olhinho, que funciona como contribuição para reverter o descaso com a saúde e deve ser realizado em bebês, na primeira semana de vida, antes da alta da maternidade, com vistas a detectar e prevenir diversas doenças oculares. Esses dois projetos são muito importantes. Peço ao Elias para que o prefeito os sancione, como iniciativas conjuntas dos Poderes Executivo e Legislativo. Tenho certeza que é muito importante para todos os recém-nascidos, já que os testes da orelhinha e do olhinho são preventivos. Hoje, muitas pessoas estão cegas, apesar de terem nascido normais, porque tiveram problemas, já que não tiveram acesso a esse teste. Isso promove o fortalecimento do Poder Legislativo diante da nossa população. Tenho certeza de que a comissão dará o parecer e que todos os vereadores votarão a favor. Muito obrigado! / Passamos à **Ordem do Dia**. / **Fábio Mendes Glória, levantando questão de ordem**: — Senhor presidente, solicito que seja feita a verificação de quorum. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente)**: — Acatado. / Feita a chamada, foram confirmadas as ausências dos Vereadores Elimar Ferreira e José Carlos Amaral. / A seguir, foi realizada a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei, de iniciativa do Vereador Leonardo Pacheco Pontes: 93/2011 (Denomina via pública) e 97/2011 (Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de lista de medicamentos genéricos e cardápios em braille). / **Roberto Barbosa Bastos, levantando questão de ordem**: — Senhor presidente, solicito que sejam apreciados em bloco os requerimentos, projetos de decreto legislativo,

concedendo homenagens, e projetos de lei, denominando vias públicas. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acatado. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos:** Enviando Votos de Congratulação: 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485 e 486/2011 – Roberto Barbosa Bastos; 467/2011 – Elimar Ferreira; **3155/2011 – Glauber da Silva Coelho** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 06/07, a partir das 15:00 horas); **Projetos de Lei: 62 e 71/2011 – José Carlos Amaral** (Denominam logradouros públicos); **70/2011 – José Carlos Amaral** (Institui a Semana do Maçom no Município de Cachoeiro de Itapemirim); **Projetos de Decreto Legislativo**, concedendo homenagens: **156/2011 – David Alberto Lóss, 157, 158 e 160/2011 – Mesa Diretora; 159/2011 – Marcos Salles Coelho; 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168 e 170/2011 – Júlio César Ferrari Cecotti; 169/2011 – José Carlos Amaral.** / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 50/2011 – José Carlos Amaral** (Dispõe sobre a colocação de banheiros químicos adaptados às necessidades dos portadores de deficiência nos eventos realizados no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Roberto Barbosa Bastos:** — Trata-se de um bom projeto, de autoria do Vereador José Carlos Amaral. Justifico a ausência do companheiro neste momento e peço aos vereadores que votem “sim” a esse projeto importante, através do qual, preocupado com os deficientes físicos do Município, o Amaral está autorizando o Poder Executivo a instalar os banheiros químicos adaptados nos eventos aqui realizados. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Muito boa a ideia do Vereador José Carlos Amaral, inclusive dei uma passada no parque de exposição, no último domingo, ocasião em que encontrei com o companheiro Roberto, fiscalizando o rodeio, e pude observar que havia um sanitário químico adaptado para uso dos deficientes. A ideia do Amaral é boa e já está se massificando. / **Marcos Salles Coelho:** — Isso demonstra que a nossa administração está trabalhando na frente. / Posto em votação **o Projeto de Lei 50/2011**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / Dando continuidade, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 75/2011 – Poder Executivo** (Altera dispositivo da Lei Municipal 5.482/2003). / **Roberto Barbosa Bastos:** — Esse projeto do Poder Executivo prevê que o servidor use senha eletrônica para fazer pedido de empréstimo em consignação para desconto em folha. A prefeitura está acompanhando a modernidade dos tempos e se adaptando. / Posto em votação **o Projeto de Lei 75/2011 foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / Logo após, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 83/2011 – Poder Executivo** (Altera e acrescenta dispositivos na Lei 5.394/2002, que instituiu o Código Tributário Municipal, e dá outras providências). / **David Alberto Lóss:** — Quero apenas lembrar que as alterações dizem respeito aos cartões de crédito, e é uma forma de taxar esse pessoal que ganha muito dinheiro. / Posto em votação **o Projeto de Lei 83/2011 foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / Prosseguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Resolução 16/2011 – Gildo Abreu** (Dispõe sobre a concessão de homenagem ao trabalhador doméstico no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / Seguindo, foi colocado **em discussão o Parecer do Tribunal de Contas – 2637/2010** – Prestação de contas da PMCI, do exercício de 2009, de responsabilidade do Prefeito Carlos Roberto Casteghione Dias. / **Gildo Abreu:** — Peço que o Vereador Roberto Barbosa Bastos não se avexe e vote favorável. / Posto em votação **o Parecer do Tribunal de Contas 2637/2010**, acima

descrito, **foi aprovado** por nove votos, registrada a abstenção do Vereador Roberto Barbosa Bastos. **Votaram a favor:** Alexandre Bastos Rodrigues, David Alberto Lóss, Fábio Mendes Glória, Gildo Abreu, Leonardo Pacheco Pontes, Luiz Guimarães de Oliveira, Marcos Antonio Mansor, Marcos Salles Coelho e Wilson Dillem dos Santos. / **Roberto Barbosa Bastos, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que sejam incluídos na pauta do dia os Projetos de Lei 106 e 107/2011. São iniciativas de grande importância social, cuidando da saúde das crianças. Os dois estão com todos os pareceres das comissões. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **Luiz Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que os projetos sejam apreciados em bloco. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acatado. / Finalizando, **foram aprovados**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **os seguintes Projetos de Lei, de iniciativa do Vereador Júlio César Ferrari Cecotti: 106/2011** (Dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer o teste da orelhinha, gratuitamente, em recém-nascidos nos hospitais e maternidades públicas e privadas de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências) **e 107/2011** (Dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer o teste do olho, gratuitamente, em recém-nascidos nos hospitais e maternidades públicas e privadas de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva e Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la. _____
